

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O MOVIMENTO DEMOGRÁFICO DO OESTE-CATARINENSE: UM ESTUDO SOBRE  
OS DETERMINANTES ECONÔMICOS DA MIGRAÇÃO

Pedro Assumpção Alves

Monografia de Graduação

Florianópolis, março de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O MOVIMENTO DEMOGRÁFICO DO OESTE-CATARINENSE: UM ESTUDO  
SOBRE OS DETERMINANTES ECONÔMICOS DA MIGRAÇÃO

Monografia Submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de  
carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Pedro Assumpção Alves

Orientador: Lauro Francisco Mattei

Área de Pesquisa: Economia Regional

Palavras Chave: 1. Demografia

2. Migração

3. Agricultor Familiar

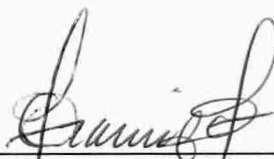
4. Economia Catarinense

Florianópolis, março de 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

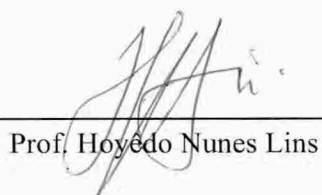
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9 ao aluno Pedro Assumpção Alves na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



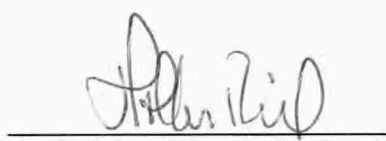
---

Prof. Lauro Francisco Mattei  
Presidente



---

Prof. Hoyedo Nunes Lins  
Membro



---

Prof. Helton Ricardo Ouriques  
Membro

### Agradecimentos:

Parte importantíssima na conclusão de qualquer trabalho, os agradecimentos são o reconhecimento da ajuda das muitas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização do mesmo.

Começo agradecendo as fontes, não bibliográficas, mas genéticas. A toda minha família, avós, tataravós, tetravós.... Aos meus pais, Francisco José da Costa Alves (Seu Chiquinho) e Maria Rita Pontes Assumpção Alves (Mama), por despertarem desde cedo a busca pelo questionamento, me ensinando a duvidar das verdades absolutas, mas acima de tudo, agradeço a vocês por todo o apoio que sempre me deram, moral e financeiro. Agradeço também aos meus irmãos, por que juntos aprendemos mais do que em qualquer faculdade.

Agradeço aos Professores da UFSC, pelos ensinamentos que me levam a ser um quase economista neste momento. Em especial ao Professor Lauro, por aceitar esta empreitada, mesmo estando com todos os prazos ultrapassados, foi um prazer trabalhar com você. Também agradeço ao Professor Hoyêdo, pelo aprendizado enquanto seu orientado.

Devido a minha própria trajetória de migrante, agradeço as pessoas que me apoiaram no decorrer de minhas 'andanças'. Aos amigos de São Carlos, em especial, Magrinho, Moniket's, Pastel, Fabião, Botinha. Aos amigos da Argentina, em especial, Gilson, Maurício, Junior, Angel, Ernesto, Martíns, Violeta, Guille. Aos amigos de Floripa, que percorreram a faculdade comigo, Cyro, Flávio, César, Bruno, Alexandre, Felipe, Leandro, Raquel, Vivian, enfim a todos... As bruxas do Campeche, e a todos os participantes da super-liga-desliga. Ao meu amigo Estevan, pela oportunidade de parceria no trabalho com o PNUD, que me introduziu a problemática da evasão populacional no Oeste. Desculpem os amigos que não aparecem nominalmente, mas o prazo de entrega da monografia está perto, e a correria não me deixa mais tempo, mas quero que saibam que agradeço a vocês também.

Agradeço a Natália, por toda a compreensão e cumplicidade durante nossa vida juntos.

Por fim... Agradeço, agradeço, agradeço.....

Quem sabe, não estão todos os homens em busca da migração perfeita, a de Manuel Bandeira.

“Vou-me embora pra Pasárgada,

Lá sou amigo do Rei,

Terei a mulher que quero,

Na cama que escolherei”.

## ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	viii
INDICE DE TABELAS.....	ix
Capítulo 1 - Introdução .....	10
1.1 Hipótese.....	11
1.2 Objetivos.....	11
1.3 Metodologia.....	11
1.4 Estrutura do trabalho .....	13
Capítulo 2. - Marco Teórico.....	14
2.1 Ravenstein e Everett S. Lee – as características gerais dos fluxos.....	15
2.2 Os Trabalhos de Abordagem Neoclássica .....	17
2.3 Abordagens Marxistas .....	20
2.4 Consideração analítica.....	22
Capítulo 3. Processo Histórico da ocupação do Espaço Territorial Catarinense...26	
3.1 Formação Histórica de Santa Catarina .....	26
3.1.1 Dinâmica de Ocupação no Século XX, ênfase na região Oeste. ....	29
3.2 Tendências Recentes do Dinamismo Demográfico da Região.....	34
Capítulo 4. Movimento demográfico na região Oeste: análise comparativa.....	39
4.1 Santa Catarina: breve perfil demográfico.....	39
4.2 Mesoregião Oeste: fonte de fluxos? .....	44
Capítulo 5. Elementos Explicativos do Movimento Demográfico Atual no Oeste Catarinense .....	52
5.1 Transformações na Relação entre a Agricultura Familiar e as Agroindústrias e a Concentração do Número de Suinocultores. ....	54
5.2 Restrição na Política de Créditos para a Agricultura.....	58
5.3 Redução da Rentabilidade de Alguns Produtos Tradicionais da Região.....	69
5.4 Atividades produtivas que podem exercer efeitos de atração sobre os trabalhadores rurais.....	74

Capítulo 6 - Considerações Finais: construindo uma agenda de pesquisa para o desenvolvimento do Oeste catarinense. ....	76
Referências Bibliográficas.....	79
ANEXOS.....	82

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crédito Rural – Evolução de Recursos (milhões de reais – 2003).....	63
Gráfico 2 - Número de estabelecimentos agropecuários em SC em 1975, 1985, 1995-96 e 2003. ....	70
Gráfico 3 - Custos e Preços na Produção Suína – Santa Catarina – 1995/2001- Reais (R\$).....	73
Gráfico 4 - Índice de Preços Pagos (IPP) e Índice de Preços Recebidos (Reduzido) (IPRr) pelos Agricultores Catarinenses - Base: Ago/94=100.....	74



## INDICE DE TABELAS

Tabela 1- Opinião dos rapazes quanto ao seu futuro como agricultor (%) .....	36
Tabela 2 - Onde os jovens do campo acham que tem as melhores oportunidades (dirigida aos rapazes) (%).....	37
Tabela 3 Participação dos 10 maiores Municípios no total da população do Estado....	41
Tabela 4 Crescimento e Migração nas Mesoregiões de Santa Catarina:.....	42
Tabela 5 Classificação dos Municípios da Mesoregião Oeste por número de habitantes no ano de 2004.....	45
Tabela 6 Participação dos 10 maiores Municípios do Oeste no total de sua população. ....	46
Tabela 7 - Migrações no Oeste segundo as SDRs. ....	47
Tabela 8 Dinâmica Demográfica e Condições Sócio-econômicas das SDRs do Oeste de Santa Catarina.....	50
Tabela 9 Número de produtores suínos e o efetivo segundo estrato de animais, em Santa Catarina, em 1995-96 e 2003.....	56
Tabela 10 Evolução do volume de recursos do Crédito Rural no Brasil.....	61
Tabela 11. Número de Contratos e Volume de Recursos do PRONAF.....	66
Tabela 12 - Sistema Cresol: Percentual de Associados por Grupo de Renda Monetária anua.....	68
Tabela 13 - Índices de preços* de frango e suíno vivos e do milho praticados em Chapecó-SC(1990-2000).....	69

## Capítulo 1 - Introdução

O movimento de colonização da região Oeste de Santa Catarina foi intensificado somente a partir da década de 1940, sob um modelo fundiário de pequenas propriedades agrícolas. No primeiro momento, a ocupação esteve associada à exploração da madeira, cuja atividade extrativista deu os primeiros impulsos para a fixação de povoadamentos na região. Juntamente com a instalação de novos núcleos de ocupação foram sendo desenvolvidas atividades agropecuárias que, em um curto período de tempo, assumiram o dinamismo econômico da região e à alçaram à posição de maior pólo agroindustrial do estado. Este movimento esteve associado ao estabelecimento das primeiras empresas agroindustriais na região. Pode-se dizer que no decorrer das décadas de 1960 e 1970 a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiada pelo Estado.

Os anos 1980 e 1990 são marcados por dificuldades crescentes à manutenção da produção agrícola sob os moldes em que foi desenvolvida na região Oeste de Santa Catarina. Por um lado, fatores estruturais deram início a um processo de desarticulação entre o complexo agroindustrial e os agricultores minifundistas integrados. Por outro lado, e de maneira mais ampla, alguns fatores podem ser apontados para uma crescente descapitalização dos pequenos produtores, cujo principal resultado tem sido a diminuição progressiva da renda familiar provinda das atividades agrícolas.

Esta conjuntura tem levado a um importante movimento de descapitalização de parcela significativa dos estabelecimentos agrícolas que, por sua vez, deriva em dificuldades de criar oportunidades de emprego e renda.

O modelo fundiário que marcou a ocupação desta região, baseado na pequena propriedade agrícola, apresenta grande relação com a estrutura populacional dos municípios que ali se formaram. Não obstante o sucesso da ocupação da região oestina durante as décadas de 1950, 60 e 70, na década de 1980 há uma inversão na lógica demográfica até então estabelecida: ocorre um movimento migratório de êxodo rural e regional.

Diante deste contexto, esta monografia analisa o movimento demográfico recente do Oeste-Catarinense (2000 a 2004), buscando identificar a natureza dos fluxos, bem como os seus determinantes econômicos.

## **1.1 Hipótese**

A hipótese teórica que orienta este trabalho é a de que o movimento migratório observado no Oeste catarinense está diretamente relacionado às transformações na estrutura produtiva regional. Estas transformações desagregam progressivamente a agricultura familiar como principal fonte de renda e emprego na região, sem a contrapartida de desenvolver formas alternativas para a ocupação dos contingentes de mão-de-obra excluídos.

## **1.2 Objetivos**

Como objetivo principal, este trabalho buscará delinear o processo demográfico recente no Oeste Catarinense, apontando seus principais determinantes econômicos. Este objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

Análise comparativa do movimento migratório nas 11 SDRs da região Oeste, apontando as tendências e desigualdades no dinamismo deste movimento;

Identificação de elementos explicativos dos impasses na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina;

Apontar os nexos causais entre o processo econômico recente e os fluxos migratórios no Oeste.

## **1.3 Metodologia**

O pensar econômico desta monografia foi edificado tendo em perspectiva a idéia de que o método de pesquisa, em grande medida, influencia a delimitação do objeto a ser estudado, as relações causais estabelecidas pela análise e, em última instância, as próprias conclusões decorrentes do processo analítico. Se não é verdade o fato de que o método determina a análise, pelo menos deve ser assumido o fato de que o método determina os caminhos pelo qual esta será construída.

Dentre os métodos analíticos com que tive contato no decorrer da construção deste trabalho, a proposta de Paul Singer me pareceu a mais consistente, no sentido de que seria a melhor forma de compreender o processo decorrido na região oeste de Santa Catarina. O trecho abaixo ilustra uma das teses centrais deste autor, no que tange ao estudo das migrações:

“Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global

de mudanças, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo é o primeiro passo para o seu estudo.”(SINGER, 1980, p.217)

A concepção histórica do processo migratório transparece como preocupação primordial no texto de Paul Singer. Este ponto de partida está baseado na premissa de que o movimento espacial das populações esteve presente desde a concepção dos primeiros grupos tribais. Porém, Singer (1980) defende a tese de que existem ‘tipos historicamente definidos de migrações’. Estes tipos de migrações são constituídos a partir de processos sociais distintos, que têm como resultado fluxos migratórios que respondem à lógicas diferentes.

Tendo em vista esta concepção do processo migratório, o presente trabalho dedicou o capítulo terceiro à contextualização do Oeste de Santa Catarina dentro da história e do espaço, ressaltando a peculiar formação do estado catarinense e a conseqüente característica evolução de sua dinâmica interna, cujo resultado é a conformação atual do estado.

Outra importante contribuição de Singer para a compreensão do processo migratório, é sua percepção de que o movimento migratório deve ser entendido como um processo social. Neste sentido, o estudo das migrações unicamente a partir do indivíduo resultaria em uma apreensão psicologizante da realidade, ou seja, uma compreensão subjetiva e parcial do processo, onde “as principais condicionantes macrossociais são desfiguradas quando não omitidas”(Singer, 1980, p.236).

“Se se admite que a migração é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se por em movimento. Essas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de um modo diferenciado.”(ibid cit, p.236).

Neste sentido, se adotarmos a compreensão do processo migratório como um processo social, a análise do mesmo processo deve deixar de ser voltada ao movimento de indivíduos no espaço, sendo orientada ao fluxo migratório, como objeto de estudo. Sem embargo, “é o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendido o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser examinados separadamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina

os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro geral mais adiante”(ibid cit, p.237).

Com base neste argumento será formulado um ‘retrato’ da dinâmica demográfica catarinense, no sentido de buscar estabelecer o fluxo existente neste espaço geográfico e, em especial na região Oeste. Procurar-se-á traçar as particularidades de algumas áreas compreendidas neste processo, indicando os determinantes estruturais e aqueles que as tornam específicas.

Por fim, vale ressaltar que o presente trabalho, em grande medida, foi construído sobre o prisma do método analítico sugerido por Singer (1980), pois foi a metodologia que demonstrou maior consistência. Os principais conceitos que delinearão a análise serão construídos a partir de pontos de convergência e de debate entre diferentes teorias migratórias, em que será estabelecido o marco teórico que norteará o presente trabalho.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

O capítulo 2 apresenta debate entre as diferentes teorias que abordam o tema das migrações na Ciência Econômica. Esta revisão foi realizada com a finalidade de formular um marco teórico que nos propicie os subsídios necessários à análise do atual movimento migratório do Oeste.

O capítulo 3 mostra as características históricas da ocupação catarinense e, em especial, da região oeste do estado de Santa Catarina.

Uma análise comparativa do movimento migratório nas 11 SDRs da região Oeste, apontando as tendências e desigualdades no dinamismo deste movimento compõe o capítulo 4.

O capítulo 5 ressalta os elementos explicativos dos impasses na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina, buscando representar o ponto de convergência entre a demografia e os processos sócio-econômicos que se desenrolam na região em foco.

Finalmente, no capítulo conclusivo são tecidas considerações finais à respeito do presente trabalho, podendo ser descrito como uma agenda de pesquisa a ser perseguida no futuro.

## Capítulo 2. - Marco Teórico

Em grande medida o estudo das migrações pode ser encarado como tema relativamente recente dentro das ciências sociais. O primeiro trabalho orientado no sentido de uma definição de uma ordem geral segundo a qual as migrações tendem a ocorrer, foi o do demógrafo Ravenstein (1880). A partir de dados estatísticos referentes ao Censo Populacional do Reino Unido de 1881, este autor estabelece suas ‘Leis da Migração’, que podem ser descritas como tipologias sobre os tipos mais freqüentes de fluxos populacionais. Para a ciência econômica, a grande contribuição deste demógrafo foi a de estabelecer que o motivo econômico é o principal ‘motor’ das migrações.

As teorias migratórias desenvolvidas em consonância com a ciência econômica parecem ter se orientado a partir de duas matrizes primordiais: neoclássica e marxista. As teorias de matriz neoclássica têm suas análises estabelecidas a partir de curvas de utilidade individual referentes aos custos e benefícios provenientes do ato de migrar. As teorias de matriz teórica marxista compreendem a migração como um processo social que deve ser analisado a partir de determinantes estruturais, que impulsionam um grupo social à mobilidade espacial. Nesta vertente analítica o papel reservado às características individuais (subjctivas) é secundário, se resumindo a estabelecer dentro de cada grupo quais indivíduos migrarão e quais permanecerão no local de origem.

Nas páginas seguintes apresentaremos os principais conceitos presentes no trabalho de Ravenstein, e aqueles desenvolvidos em ambas as matrizes teóricas, ressaltando quais serão os adotados como instrumentos de análise para esta monografia.

## **2.1 Ravenstein e Everett S. Lee – as características gerais dos fluxos.**

Ravenstein, após ler um comentário de um importante demógrafo inglês chamado William Far, acerca da aparente ordem caótica dos movimentos migratórios, publica seu trabalho sobre as ‘Leis da Migração, onde busca estabelecer uma ordem geral sobre a qual os fluxos migratórios se desenvolvem. Segundo Everett S. Lee<sup>1</sup>, importante economista no terreno das migrações, o resultado da incursão de Ravenstein foi o mais completo e profundo trabalho no que tange às teorias da migração. Como dito anteriormente, a contribuição primordial realizada por este autor, no que se refere ao estudo das migrações dentro das ciências econômicas, diz respeito à compreensão do motivo econômico como nexos causal predominante nas migrações dentro do sistema capitalista:

“Leis mais ou menos opressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente social incompatível, e até mesmo coersão (tráfico de escravos, deportação para colônias penais), produziram e continuam a produzir correntes migratórias, conquanto nenhuma delas seja comparável em volume à que resulta do desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material” (RAVENSTEIN, p.286).

Os fatores de Ravenstein que conduzem as pessoas a migrar, foram classificados por Everett Lee como de quatro tipos:

Fatores associados ao local de origem

Fatores associados ao local de destino

---

<sup>1</sup> Everett Lee realiza importante trabalho no que se refere a sistematização das principais conclusões do trabalho de Ravenstein, LEE, E. S. Uma Teoria sobre a Migração. In MOURA, H.A. (org.) Migrações Internas: textos selecionados. BNB, 1980.

## Os obstáculos intervenientes

### Fatores pessoais

“Na realidade, em vista de nunca ser possível [sic] especificar a série exata de fatores que estimulam ou inibem a migração de uma pessoa determinada, geralmente só é possível expor alguns que parecem ser de especial importância, verificando-se a reação geral ou média de um grupo considerável de pessoas.” (LEE,1980, p.100)

Contudo, este autor afirma haver diferenças importantes entre os fatores associados às áreas de origem e os das áreas de destino. Os fatores relacionados à área de origem são construídos a partir de uma larga experiência, por isso tem-se grande conhecimento sobre eles. O mesmo não ocorre com os fatores relacionados às áreas de destino, pois “o conhecimento sobre as áreas de destino raramente é exato; de fato, algumas vantagens e desvantagens da área só são perceptíveis ao se viver nela” (opt. cit.,p.102). Sem embargo, existe um fator de ignorância a respeito das áreas de destino, no sentido de que características individuais e subjetivas como a inteligência, fatores relacionados às redes de contatos que facilitem o conhecimento das condições que imperam em outros lugares e acesso às fontes de informação são fatores que influem no processo decisório sobre o ato de migrar.

Esta tipologia de fatores relacionados ao ato de migrar se encontra presente em praticamente todos os trabalhos relacionados aos temas da migração. No entanto, recebem uma nova classificação, como fatores de expulsão (relacionados ao local de origem) e fatores de atração (relacionados ao local de destino).

As ‘Leis da Migração’ de Ravenstein podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) Já ficou provado que grande parte dos migrantes se desloca por curta distância, ocorrendo, em consequência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem correntes migratórias que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes. O processo de absorção ocorre da seguinte maneira: gradativo em relação ao espaço, ou seja, um centro absorve população a partir de suas cercanias, porém em proporções cada vez menos intensas.
- b) O Processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes.



- c) Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória.
- d) As pessoas que migram a grandes distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais.
- e) Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país.
- f) As mulheres migram mais do que os homens.

## ***2.2 Os Trabalhos de Abordagem Neoclássica***

Podem ser compreendidos como trabalhos de matriz teórica neoclássica, os autores que abordam o tema das migrações a partir da interpretação deste movimento desde uma perspectiva individual. Ou seja, desde a perspectiva da utilização da 'racionalidade econômica' em uma curva de utilidade do indivíduo, que representaria os custos e benefícios presentes no ato de migrar.

Rodolfo (2003) considera que a “visão neoclássica dá ênfase ao papel da migração como elemento que concorre para o equilíbrio econômico”, ou seja, desde uma interpretação baseada na distribuição do fator trabalho no espaço. Neste modelo o deslocamento de mão de obra alcançaria o equilíbrio entre oferta e demanda deste fator e nivelaria a rentabilidade do trabalho entre as regiões.

As principais teorias que partem dessa concepção de dinamismo migratório buscam estabelecer a ligação entre a mobilidade espacial e uma série de variáveis explicativas: nível de renda, nível educacional, gênero, temperatura do local, etc.

Rodolfo (2003), citando Gaudemar (1977), aponta como uma das principais críticas a este tipo de interpretação, os resultados contraditórios estabelecidos por distintos modelos. “Por exemplo, enquanto alguns estudos associam a migração a um nível elevado de instrução, outros procuram mostrar exatamente o contrário, ou seja, que as pessoas com menor nível de instrução migrariam mais” (Rodolfo, 2003, p.16).

Entretanto, nestes modelos de matriz neoclássica a variável explicativa por excelência busca estabelecer a interconexão, dos diferenciais de renda entre as regiões e a mobilidade espacial.

Sjaastad (1980) está entre os autores que buscam analisar as migrações desde o prisma da alocação de recursos, encarando-a como um meio eficaz para promover uma alocação eficiente dos recursos e, conseqüentemente, um nivelamento da renda entre regiões. Contudo, seu trabalho acrescenta à abordagem o fato de que a migração é uma ação que implica em dispêndio de recursos, que devem ser considerados em sua análise. Desta forma, este autor busca determinar os retornos advindos do processo migratório (tanto individuais, como públicos), além de estabelecer a tradicional relação entre os fluxos migratórios e os diferenciais de renda. Pode-se dizer que a principal contribuição deste ensaio para o entendimento do processo migratório como nivelador da renda é a concepção de que uma seletividade no ato migratório é um fator de realocação de renda muito mais eficiente do que a adoção de patamares generalizados no processo.

“Uma migração constituída por 10% de pessoas altamente qualificadas [...] pode contribuir mais para elevar a renda per capita do Mississipi do que um fluxo emigratório mais intenso, porém menos seletivo.” (SJAASTAD,1980, p.123).

A crítica que pode ser tecida a este trabalho de Sjaastad se refere, principalmente, à sua proposição analítica, que se direciona à abordagem de uma problemática que enfoca os ganhos individuais do processo migratório como forma de nivelar a renda entre diferentes regiões (considerando a migração a partir do prisma de uma estrutura de custos e retornos). Em contrapartida, a problemática que buscamos discutir no presente trabalho, aborda a relação entre o ambiente econômico e a mobilidade da população. Por este motivo, uma abordagem analítica que enfoca os ganhos individuais do processo migratório não consegue explicar os determinantes migratórios para um grupo social, que está inserido em uma dinâmica econômica particular.

Todaro e Harris & Todaro, são trabalhos que apresentam grandes avanços para compreensão do processo migratório a partir da análise dos diferenciais de salário entre regiões. Ao inserirem a taxa de desemprego dos respectivos lugares de origem e destino dentro da análise, a variável explicativa passa a ser compreendida a partir de uma perspectiva de potencial esperado de renda, ou melhor, do diferencial entre a renda real esperada no lugar de

origem e da renda real esperada no lugar de destino. Desta forma, aproximando-se de uma análise baseada em diferenciais de renda permanente, ou seja, ao invés do diferencial ‘esperado’ entre as rendas das diferentes regiões, deve-se considerar “o diferencial de renda ajustado pela probabilidade de o indivíduo encontrar emprego no setor urbano” (p.152).

Este caminho analítico foi seguido por diversos pesquisadores voltados para este campo, inclusive no Brasil. Como, por exemplo, o trabalho de Andrade, Santos e Serra (2000), que apresenta um estudo sobre a participação das cidades brasileiras de porte médio como destino dos fluxos migratórios no país. Neste caso, os autores reservam grande importância para a ‘empregabilidade’ dos migrantes no lugar de destino como variável explicativa do comportamento dos fluxos migratórios.

A inclusão dos níveis de desemprego no modelo de Harris & Todaro representou um avanço no sentido de compreender as migrações desde o prisma econômico-estrutural em que os agentes estão inseridos. Contudo, a crítica tecida a este modelo diz respeito a sua característica analítica a-histórica, em que as particularidades das distintas regiões não podem ser contempladas.

Contudo, é válido afirmar que o modelo migratório elaborado por Todaro parece corroborar a afirmação de Ravenstein, de que altas taxas de migração estão ligadas ao desenvolvimento econômico e à criação de empregos. Porém, vale ressaltar o papel exercido pelo diferencial de renda urbano-rural que quando demasiado díspare, gera pressões migratórias que pouco tem a ver com o crescimento da capacidade de emprego e do desenvolvimento produtivo nas regiões de destino, mas que pode estar relacionado ao incremento da miséria do campo.

Por fim, pode-se relacionar à idéia presente neste modelo, que explica as migrações levando em consideração a capacidade de emprego, as distorções causadas pela implementação de modernizações agrícolas. Estas ao aumentarem a produtividade do trabalho, muitas vezes diminuem a oportunidade de empregos no mundo rural. Como consequência, tais transformações conduzem a pressões migratórias no sentido urbano que não guardam relações com o aumento da oferta de emprego nas cidades, mas com falta de emprego no campo, ou seja, a opção de migrar é estabelecida a partir de uma análise entre as oportunidades de emprego existentes nas regiões de destino e de origem.

### **2.3 Abordagens Marxistas**

As abordagens de matriz teórica marxista podem ser definidas desde a interpretação do processo migratório como decorrência de movimentos estruturais, em que o fluxo se torna objeto primordial de estudo, em detrimento do deslocamento do indivíduo. Nesta perspectiva, o movimento migratório deve ser compreendido como um deslocamento de grupos sociais que são colocados em movimento por decorrência de mudanças estruturais.

Rodolfo (2003) ressalta outra importante divergência entre o entendimento deste processo a partir das matrizes teóricas neoclássicas e marxistas. Para estes últimos o processo migratório deve ser compreendido prioritariamente a partir das transformações ocorridas na área de origem, ou seja, por decorrência primordial dos efeitos de expulsão. Em seu turno, as correntes teóricas de matriz neoclássica buscam compreender estes movimentos desde uma perspectiva individual, reservando importância relevante ao papel executado pelos fatores de atração dos locais de destino, como geradores dos fluxos.

O desenvolvimento das forças produtivas dentro do sistema capitalista resulta em mudanças nas técnicas de produção e em grande diversificação de produtos. Contudo, deve-se ressaltar a intensa alteração da divisão de trabalho resultante deste processo.

Singer (1980) chama atenção para características sociológicas que também influem no processo migratório e lhe dão contornos que não são explicados como simples “conseqüências demográficas da mudança técnica” (p.219). De qualquer forma, o desenvolvimento regional em escalas diferenciadas pode ser apontado como um dos maiores dinamizadores do processo demográfico por decorrência do desenvolvimento capitalista. Esta análise, em grande medida,

está relacionada ao esquema proposto por Myrdal<sup>2</sup> de causação circular cumulativa, em que o desenvolvimento de determinada região potencializa a criação de outras atividades, em um processo de efeito em cadeia, através da difusão do progresso em um âmbito espacial restrito. (MYRDAL, 1968)

Com o intuito de melhor categorizar o processo que se desenrola nos locais de origem, Singer (1980) adota a seguinte classificação no que se refere aos fatores de expulsão:

- a) fatores de mudança: “que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”. (SINGER, 1980, p.224)
  
- b) fatores de estagnação: “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitáveis como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”(SINGER, 1980, p.224).

Singer (opt. cit.) afirma que, do ponto de vista econômico, os fatores de mudança têm sentido oposto aos de estagnação. Os fatores de mudança constituem fruto de incrementos na produtividade, através de modernizações técnicas da produção, enquanto os fatores de estagnação constituem resultado da incapacidade dos produtores de determinada região se

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que o marco teórico de Myrdall não é enquadrado dentro da matriz teórica marxista, porém, se aproxima da abordagem de Singer em muitos aspectos.

adequarem ao processo produtivo. Os fatores de mudança resultam em êxodo massivo de populações do campo e tendem a reduzir a população da área rural. Por seu turno, os fatores de estagnação também levam a emigração populacional da área rural, no entanto unicamente de parte do 'excedente' populacional, ou seja, parcelas referentes ao crescimento vegetativo acima da reposição do patamar de mão de obra empregada, mantendo o tamanho da população estagnado ou com baixo crescimento.

Esta dicotomia na classificação dos fatores de expulsão assume especial importância para a formulação de políticas que visem amenizar um processo de êxodo populacional. Isto se dá, pelo fato de que ações que favoreçam o desenvolvimento regional em áreas que apresentem efeitos de estagnação, podem acarretar em um aumento do êxodo, porque é possível que sejam inseridas melhorias técnicas e maior produtividade do trabalho, diminuindo o número de empregos na região. "A ironia da situação está no fato de que, deste modo, o desenvolvimento regional, que é originalmente concebido como forma de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las."(Singer, 1980, 226).

De qualquer forma, a problemática da formação progressiva de populações marginalizadas, cuja causa preponderante tem sido apontada como um dos efeitos perversos de altas taxas de emigração, levou muitos investigadores a propor meios de diminuir os condicionantes a estes fluxos através da interrupção da modernização produtiva, principalmente a agrícola. A tese de Singer (1980) se orienta em outra direção, "a solução da problemática não parece estar numa limitação do ritmo de desenvolvimento (aqui entendido como resultante do avanço tecnológico) com o fito de reduzir a intensidade, ainda que isto acarrete fluxos migratórios ainda maiores. Nada (a não ser as aparências) justifica a noção simplista que a marginalidade urbana decorre principalmente do número excessivo de migrantes que se fixem nas cidades."(p.235).

## **2.4 Consideração analítica**

Apesar da dualidade apresentada, no que se refere à interpretação da formação dos fluxos migratórios nas matrizes neoclássicas e marxistas, podemos encontrar alguns pontos de convergência. Na corrente marxista a origem dos fluxos é interpretada como o resultado de

processos estruturais que se desenrolam nas áreas de origem e resultam em fatores de expulsão populacional, colocando um determinado grupo social em movimento. De qualquer forma, apesar desta matriz teórica atribuir aos fatores de expulsão a causalidade geradora de fluxos, são os fatores de atração que determinam a orientação de tais fluxos e as áreas para onde se destinam.

Superficialmente, a interpretação de Singer (1980) se aproxima ao modelo de Todaro, principalmente no que se refere ao papel da possibilidade de emprego na orientação dos fluxos. A demanda por força de trabalho é compreendida como um dos principais fatores de atração aos fluxos de migrantes, pois é tida como uma oportunidade econômica, na medida em que representa uma possibilidade de obter maiores rendimentos do que na área de origem. Porém, deve-se chamar atenção para o fato de que, como no modelo de Todaro, esta possibilidade de maiores remunerações é interpretada em relação à demanda por mão de obra, ou seja, a 'empregabilidade' do lugar de origem.

Vale ressaltar a crítica realizada por Singer (1980) no que se refere às 'teorias neoclássicas tradicionais', que interpretam a migração a partir da matriz da alocação eficiente dos recursos. Segundo este autor, o capitalismo não tem mecanismos que trabalhem no sentido de equalizar a distribuição de recursos ao longo do espaço, apontando que, na realidade, os mecanismos capitalistas se orientam em um sentido oposto, aprofundando estas desigualdades.

No que se refere aos efeitos da direção dos fluxos migratórios sobre a estrutura social das regiões de expulsão, deve ser feita uma importante observação: tanto os fatores de expulsão quanto os de atração têm efeitos diferenciados no que se refere aos diversos grupos sociais e, algumas vezes, provocam reações contraditórias. Isso quer dizer que deve ser assumido o entendimento de que as diferentes 'classes sociais' não são expostas da mesma forma, aos mesmos fatores. Em Singer (1980) já podemos observar esta preocupação de uma

dinâmica social com múltiplos atores, em que existe um aparente caos, porém, interligado por uma dinâmica econômica única na qual os interesses são distintos, e as rotas<sup>3</sup> de migração também.

“Assim, se numa determinada área a mecanização da agricultura reduz a sua demanda por mão-de-obra, os desempregados têm que migrar para outra área em busca de meios de vida. Estes desempregados que migram são, em sua grande maioria, ex-assalariados, diaristas, peões, isto é, constituem um grupo que não possui direitos de propriedade sobre o solo. Os proprietários e arrendatários não são forçados a migrar, num primeiro momento, embora alguns possam ser induzidos a fazê-lo mais tarde, por não possuírem os recursos necessários para acompanhar a mudança de técnica de produção. É de se esperar que haja aumento da produção e baixa dos preços, arruinando os pequenos estabelecimentos cujos custos de produção se mantêm mais elevados que os dos grandes que se mecanizam.”(opt. cit., p.236) .

A forma com são atingidos os jovens trabalhadores rurais, com baixo nível de instrução, e os jovens filhos de ‘classe média’, com maior nível de instrução, são bastante distintas. Pode-se dizer que os efeitos de atração que lhes atingem não são exatamente os mesmos, pois a escala de seus horizontes é distinta por que mudam-se as referências, ao ponto de os mesmos fatores desempenharem efeitos variados. Os trabalhadores rurais sem propriedade, quando atingidos por fatores de mudança, são os primeiros a se deslocarem. Em um primeiro momento, quando a tradicional orientação para o mercado de trabalho local já não apresenta expectativas de emprego (ou é observada clara debilitação do ambiente econômico), os fluxos são conduzidos ao pequeno horizonte que lhes representa as cercanias regionais. Ou seja, os fluxos tendem a se orientar para cidades próximas que apresentem

---

<sup>3</sup> Em Ravenstein já foi observado o fato de que as migrações tendencialmente são traçadas a partir de rotas conhecidas por antigos migrantes, porém deve ser feita a ressalva que dentro do marco teórico ‘marxista’ as rotas estão mais ligadas aos fatores de atração, afirmação acima esta relacionada ao fato de que os diferentes ‘grupos sociais’ apresentam contatos distintos e possibilidades migratórias também distintas.



melhor dinamismo econômico. Por outro lado, os setores mais instruídos, apresentam uma escala<sup>4</sup> de horizontes diferentes: quando colocados frente ao mercado de trabalho percorrem deslocamentos mais largos, se orientando para regiões diferentes daquelas para onde se dirigiram os trabalhadores rurais.

---

<sup>4</sup> Essa é uma referência à discussão de Rosa Esther, no IV Encontro Nacional de Migração, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, sobre o papel das fontes de informação e da fluidez da comunicação, nas escalas percorridas pelos distintos migrantes.

## **Capítulo 3. Processo Histórico da ocupação do Espaço Territorial Catarinense.**

O processo histórico da ocupação do território catarinense é instrumento de grande valia para a compreensão do movimento demográfico recente que se desenrola na região Oeste do referido estado. Entendemos por processo de ocupação<sup>5</sup> o movimento de pessoas e atividades que se orientam e se fixam em um determinado espaço. Dessa forma, para se apreender o processo em sua totalidade, se faz necessária uma análise conjugada da fixação humana e das atividades econômicas que são desenvolvidas nesta mesma área geográfica. Neste capítulo buscaremos descrever, de forma breve, as características históricas da ocupação catarinense e, em especial, da região Oeste do estado de Santa Catarina, que teve um processo recente de ocupação.

### ***3.1 Formação Histórica de Santa Catarina***

Caio Prado Junior apontou a peculiar característica da ocupação do território catarinense a partir de sua configuração agrária, com o domínio da pequena propriedade, e de sua função dentro da estrutura do “Brasil Colônia”. Assim, a ocupação de Santa Catarina, em

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que não ignoramos o fato de que já existiam homens nesta região antes do período de análise, porém, em grade medida estas civilizações anteriores foram dizimadas e/ou absorvidas pelo processo de ocupação que buscamos descrever. Não podemos desconsiderar que ao longo da história os mesmos espaços geográficos foram ocupados diversas e diversas vezes, no entanto, a diferença básica deste processo que descrevemos em relação aos demais é a inserção da monetarização e da economia de mercado como sistema.

um primeiro momento, cumpre a função de defesa do território e, posteriormente, são desenvolvidas atividades econômicas, cujo papel central é o de “complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedor de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e para avanço do serviço militar contra os espanhóis confinantes” (CEAG/SC, MATTEI & LINS, 2001, p.1).

Dessa forma, é importante salientar que o sistema econômico que se desenvolve nos dois primeiros séculos de ocupação do território catarinense se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades que não se encontram no centro dinâmico da economia colonial. Sendo assim, é possível dizer que a colonização catarinense não se enquadra no modelo de economia de exportação que vigorava nas demais áreas coloniais do Brasil.

Mira (2000, p.126) afirma que a ocupação de Santa Catarina, em grande medida, seguiu a disposição do relevo e dos cursos d’água, sendo orientado pelas barreiras naturais. As primeiras áreas de Santa Catarina que receberam impulsos de ocupação foram as áreas litorâneas, com especial destaque para a região de Desterro (atual Florianópolis), em que se formou um entreposto militar para a defesa da colônia, e para a região de Laguna (sul do estado), onde foi organizado um porto de exportação do gado proveniente das planícies platinas que se orientava para as feiras no estado de São Paulo (MATTEI & LINS, 2001, p.2).

Como ressaltado anteriormente, as atividades econômicas que se desenvolveram no primeiro período da ocupação catarinense se constituíam em atividades de subsistência e de ‘complemento ao centro dinâmico da economia colonial’. Dessa forma, a colonização açoriana, que foi predominante na parte litorânea do estado, era constituída por duas atividades principais: a agricultura de pequeno porte, em que predominava o cultivo da mandioca e a produção da farinha; a pesca, em sua realização em escala de subsistência, ou na pesca da baleia, com o intuito final da extração de seu óleo.

A ascensão econômica do Planalto Serrano pode ser definida como um segundo período da ocupação de Santa Catarina. A partir da primeira metade do século XVIII são descobertos dois novos caminhos para o transporte do gado gaúcho, que buscava atender a crescente demanda interna crescente. Estes novos caminhos diminuem a importância da cidade de Laguna, como entreposto comercial para o transporte do gado e, por sua vez, ascendem a cidade de Lages como importante centro econômico de Santa Catarina. Com o decorrer do

tempo esta também se configura como região de pecuária extensiva, cuja produção igualmente buscava atender a demanda das 'feiras de gado' do estado de São Paulo. Desta forma, podemos dizer que o resultado da ascensão de Lages como novo centro econômico de Santa Catarina pode ser descrito como um estreitamento das relações econômicas do Planalto Serrano com as áreas produtoras de gado, nas planícies pampianas, e com as áreas consumidoras do Paraná e São Paulo, em detrimento de uma articulação com as regiões litorâneas de Santa Catarina. "Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que até o final do século XVIII configurou-se um sistema econômico de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto)." (Mattei e Lins, 2001, p.2)

Esta configuração da ocupação de Santa Catarina e do sistema econômico que ali estava desenvolvido, só passa a mudar a partir de meados do século XIX, quando se desenvolve um intenso processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí (principalmente Blumenau e Brusque), para a Região Norte (Destaque para Joinville e Jaraguá do Sul) e para o Sul do estado (principais áreas são Criciúma, Urussanga e Tubarão). Este processo de ocupação foi fomentado pela política de incentivo a imigração, que estava sendo implementada pelo governo imperial como alternativa à falta de braços para o trabalho, em decorrência da abolição do tráfico de escravos em 1850. É importante salientar que os imigrantes europeus que se dirigiram para Santa Catarina encontraram uma estrutura fundiária que estava baseada na pequena propriedade familiar, e que apresentavam diferentes aptidões produtivas, fato que levou ao aprofundamento da divisão social do trabalho na região. Por fim, estas características (pequena propriedade e aprofundamento da divisão social do trabalho) podem ser apontadas como fatores importantes para a industrialização observada no estado nos períodos subseqüentes. (MATTEI & LINS, 2001)

No que se refere ao sistema econômico do estado, importantes transformações se desenrolaram a partir da massiva imigração ocorrida na segunda metade do século XIX. Dentre as mais importantes, podem ser apontadas a criação de um grande número de pequenas indústrias (principalmente no setor alimentar, têxtil e madeiras) que passam a se articular com o incipiente setor industrial brasileiro, bem como o crescimento do comércio de excedentes agropecuários com as demais regiões do país. Dessa forma, pode-se dizer que Santa Catarina deixa de se configurar como um sistema econômico débil, principalmente baseado na

produção de subsistência, contudo, a região continua a se configurar como uma economia complementar ao centro dinâmico, agora do complexo cafeeiro e às atividades industriais do eixo Rio - São Paulo. De qualquer forma, é importante salientar que não se desenvolve um sistema econômico que se integra ao nível do estado, sem embargo as distintas regiões catarinenses continuarem a se articular separadamente com as áreas externas ao estado. Como exemplo desta afirmativa, podemos observar a região de Blumenau e Brusque, que se articula com o eixo Rio-São Paulo, através da venda de têxteis pelo porto de Itajaí, ou mesmo a região de Lages que segue se articulando com São Paulo, através da venda de madeira e do comércio de sua pecuária.

### **3.1.1 Dinâmica de Ocupação no Século XX, ênfase na região Oeste.**

Somente no século XX Santa Catarina tem a definição de seu espaço territorial e, conseqüentemente, de sua configuração sócio-espacial. No ano de 1916 é firmado o Acordo de Limites que estabelece os limites nacionais e internacionais do estado. Dos atuais 95.442,9km<sup>2</sup> que compõem a área geográfica catarinense, 29,8% foram somados a partir de 1916.

Pode-se dizer, que no século XX não é mais a imigração externa o grande fator do crescimento populacional no estado de Santa Catarina, pois o ingresso de imigrantes europeus é de pequena expressão. Sem embargo, neste século a dinâmica demográfica catarinense está diretamente relacionada ao seu próprio crescimento vegetativo e ao deslocamento de migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul. Desta forma, no século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não são realizados no sentido Leste-Oeste, ou

seja, do litoral em direção ao interior, mas sim, pelos meridianos, com fluxos provindos do Sul (Rio Grande do Sul) e do Norte (Paraná) (MIRA, 2000, p.127).

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. Se fossemos desenhar um mapa da temporalidade da ocupação da região Oeste catarinense, segundo o modelo monetarizado<sup>6</sup> que é instituído no início do século XX, partiríamos do Vale do Rio do Peixe, seguiríamos o Rio Irani, o Rio Chapecó e por último finalizaríamos no Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina. Pode-se dizer que as terras dessa região foram primeiramente ocupadas por caboclos e ‘bugres’<sup>7</sup>, que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus).

O processo de substituição dos caboclos pelos migrantes foi marcado por uma série de enfrentamentos e conflitos, dentre os quais o de maior repercussão foi a Guerra do Contestado. Esta guerra foi uma sangrenta disputa entre os caboclos despossuídos e marginalizados em contraposição aos fazendeiros locais e o exército, que representava os interesses das companhias colonizadoras (MATTEI & LINS, 2001, p.20). A guerra foi à consequência extrema da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (EFSPRG). Segundo Goularti Filho (2002, p.77), foi somente com a construção desta ferrovia e com a demarcação de terras pelas companhias colonizadoras que o “ Oeste e o Vale do Rio do Peixe passaram a ser efetivamente ocupados de forma capitalista”.

---

<sup>6</sup> A expressão ‘modelo monetarizado’ se refere a introdução da moeda como meio de troca, em substituição a formas primitivas como o escambo.

<sup>7</sup> Nome regional dado aos mestiços de índios e brancos. Estes homens ocupavam as terras segundo um sistema de produção baseado quase exclusivamente em culturas de subsistência, praticamente não monetarizadas.

De forma prática, pode-se dizer que a ferrovia serviu como importante caminho para o povoamento das terras ao longo de seu percurso e como rota para o deslocamento dos migrantes que se dirigiam às demais áreas do Oeste. O sistema pelo qual a colonização foi efetuada foi o de colônia-venda na pequena propriedade, realizado pelas companhias colonizadoras particulares. As terras eram vendidas para populações excedentes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Estes migrantes se organizavam em atividades de economia de subsistência e na comercialização do excedente, fato que estimulou desde cedo a formação de um mercado interno, de uma acumulação pulverizada e, em última instância, de uma diferenciação social (Goularti Filho, 2002, p.79).

Mira (2000) e Stropasolas (2002) apontam à existência de um padrão tradicional de comportamento migratório nas populações colonizadoras do Oeste<sup>8</sup>. Segundo este padrão, cada filho dos agricultores normalmente receberia ou compraria um lote de terra de tamanho proporcional ao que a família possuía. Este padrão migratório foi apontado como uma das principais razões da colonização do Oeste catarinense ter se estendido espacialmente sem o ingresso de novos imigrantes<sup>9</sup>.

Desde o princípio de sua colonização a região Oeste de Santa Catarina apresenta a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas,

---

<sup>8</sup> “A reprodução social da agricultura camponesa [...], gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento. Este deslocamento [...] inscreve-se no projeto de vida de famílias camponesas como uma continuidade” (Stropasolas, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002, p.108).

<sup>9</sup> Para corroborar esta tese Goularti Filho (2002) afirma que a ocupação da região Oeste catarinense fez parte de um processo de ocupação que partiu do Rio Grande do Sul e alcançou o Norte do Brasil, passando pelo Paraná, o Centro-Oeste e alcançando o Sul do Maranhão. Sendo assim, a ocupação da fronteira agrícola brasileira foi o fruto do deslocamento de um grupo social de mesma origem.

como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses na década seguinte, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial.

“Assim, a partir dos anos 40 começaram a ser construídas as primeiras empresas agroindustriais, com destaque para a Perdigão em 1940, a Sadia em 1944, a Chapecó, em 1952 e a Seara, em 1956. Ao mesmo tempo também foram sendo construídos pequenos frigoríficos que, com o passar dos anos, foram sendo adquiridos pelas grandes empresas. Nos anos sessenta foi fundada a Cooperativa Central Oeste (detém a marca Aurora), sendo atualmente a maior cooperativa do estado.”(MATTEI & LINS, 2001, p.20) .

Testa et all (1996) afirmam que a fundação das agroindústrias catarinenses intensificou o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina. Corroborando esta análise, Mira (2000) mostra que, em 1900, mais de 80% da população catarinense se concentrava na área litorânea, sendo que a partir desta data, os deslocamentos populacionais em direção ao interior, sejam de populações do próprio estado catarinense ou de migrantes provindos de outros estados, passou a equilibrar esta distribuição. Em 1920 o litoral ainda concentrava 75% dos habitantes do estado, porém em 1940 já se pode notar uma importante diminuição deste percentual, em que o litoral concentra 66% da população, e o Oeste (juntamente com o Vale do Rio do Peixe), por sua vez, concentra 14% dos habitantes de Santa Catarina. “Nos períodos 1950/2000 a distribuição da população pelo estado apresenta-se cada vez mais equilibrada. Paulatinamente a faixa litorânea reduz sua participação: 62% em 1950; 55,9% em 1970; 52,2% em 1991; enquanto o Oeste e o Vale do Rio do Peixe aumentam;” (MIRA, 2000, p.131).

Campos (1986) constrói uma tese segundo a qual a evolução da economia agroindustrial da região Oeste poderia ser dividida da seguinte maneira: “a) início da colonização alcança a década de 1930: produção de subsistência e a gestação do pequeno capital comercial; b) década de 30 até 1945: crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente dos colonos; c) de 1945 a 1965: fortalecimento do capital agroindustrial e mercantilização da produção camponesa; e d) modernização do capital agroindustrial e da produção familiar a partir desta data (1965).”(MATTEI & LINS, 2001, p.21).



A mercantilização da produção camponesa, inserida na periodização acima, poderia ser descrita como a expansão do sistema de integração desenvolvido entre as agroindústrias e os pequenos produtores agropecuários catarinenses. Testa et all (1996) afirma que a competitividade da agroindústria regional foi construída a partir deste sistema de produção. Desde a perspectiva dos grandes grupos que participam desta relação, a primeira estratégia empresarial foi a conquista dos principais centros consumidores do Brasil. Para que este objetivo se concretizasse, foi imprescindível a atuação conjunta dos setores público e privado: o primeiro através de linhas especiais de financiamento e de serviços de pesquisa, assistência técnica e ações de apoio ao desenvolvimento, como por exemplo, a construção de estrutura viária<sup>10</sup>. O segundo, através de investimentos organizando o processo industrial e de conquista dos mercados (TESTA et all, 1996, p.23).

Importante etapa na consolidação de Santa Catarina, e em especial, do Oeste catarinense como pólo produtor de produtos agropecuários, foi o processo de modernização da agricultura ali desenvolvido. A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada ao processo de agroindustrialização, aliada à uma importante estrutura de suporte técnico montada pelo estado e ao importante parque agroindustrial catarinense, que no período já se encontrava em expansão, foram os principais fatores que elevaram a região à condição de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários. Os efeitos desta trajetória regional estão presentes na estrutura ocupacional da região até os dias atuais.

O setor primário é preponderante na região, sendo que a maioria dos municípios ainda mantém sua base produtiva assentada no mundo rural. A produção pecuária predominante é a de suínos e aves, enquanto que em relação aos principais produtos agrícolas, se destacam o

---

<sup>10</sup> O problema do transporte, pela falta de estruturas viárias adequadas, obrigou os grandes grupos agroindustriais catarinenses a muitas vezes utilizar o transporte aéreo para levar os produtos até os centros consumidores. A fundação da Transbrasil pelo grupo Sadia é uma das conseqüências deste fato.

milho, arroz, feijão, mandioca, soja, fumo e algumas frutíferas. Vale ressaltar que muitos desses itens estão inseridos em outras cadeias produtivas, como, por exemplo, o milho e a soja, que são os principais componentes para a fabricação da ração de aves e suínos, que por sua vez são o principal insumo das agroindústrias processadoras de alimentos. De qualquer forma, o Oeste é a principal região de produção agroalimentar do estado.

Por outro lado, o setor secundário, articulado às agroindústrias e às madeireiras, apresenta relativo dinamismo na região. Em termos de emprego, o setor industrial emprega cerca de 12% do total de postos de trabalho deste segmento produtivo no estado. O setor terciário é o de menor dinamismo na região, devido às características predominantemente agrárias da maioria dos municípios do Oeste. Somente nas cidades pólo o comércio atinge relativa proporção, como por exemplo, em Chapecó, Videira, Caçador e Concórdia (MATTEI & LINS, 2002, p.22).

### ***3.2 Tendências Recentes do Dinamismo Demográfico da Região***

De qualquer forma, é importante destacar que a região Oeste de Santa Catarina, apesar de sua recente ocupação, apresentou elevados índices de crescimento populacional, somente até a década de 1970. Para corroborar esta afirmação podemos observar a participação da região Oeste em relação à população total de Santa Catarina. No ano de 1970 estas regiões atingem sua maior participação relativa, com 26,3% da população estadual, diminuindo paulatinamente sua participação nas décadas seguintes: 24,4% em 1991 e em 2000 atingindo apenas 20,93%. Estes números não constituem fruto apenas de uma diminuição relativa da taxa de fertilidade desta região, pois os dados demográficos demonstram o contrário, que esta diminuição é fruto de movimentos migratórios em direção a novas áreas. Mira (2001) afirma que, quando o processo de ocupação do espaço territorial do Oeste se vê praticamente exaurido, no fim da década de 1960, a mobilidade do residente catarinense ainda se faz presente.

Neste momento é importante inserir uma discussão sobre as mudanças nos padrões de deslocamento populacional. Carlos Vainer, pesquisador do IPPUR, no IV Encontro Nacional

Sobre Migrações da ABEP (2005), realiza interessante indagação sobre a causalidade entre as transformações na estrutura organizacional da sociedade e as mudanças nos padrões migratórios. Sua linha de argumentação dialoga com o trabalho realizado por Ravenstein, no que diz respeito aos padrões de mobilidade que este pesquisador encontrou no Reino Unido no fim do séc. XIX. Ravenstein argumenta no sentido de que estes padrões sofrem transformações que se relacionam à realidade em que as diferentes sociedades estão inseridas<sup>11</sup>. Dessa forma, se é certo que diferentes localidades apresentam diferentes padrões de mobilidade, também é certo que uma mesma localidade pode apresentar diferentes padrões de mobilidade no decorrer do tempo, conforme as mudanças em sua realidade social.

Como descrevemos anteriormente, Mira (2001) e Straposolas (2002) descrevem um padrão migratório para o grupo social que ocupou as terras oestinas. Segundo o qual as gerações mais recentes tendiam a buscar espaços de terras que lhe propiciassem a mesma rentabilidade daqueles ocupados por seus pais. Se verificássemos a manutenção deste padrão migratório, seria possível afirmar que estes movimentos migratórios são o fruto desta forma de mobilidade. No entanto, devemos levar em conta o fato de que as décadas de 70 e 80, também foram palco de importantes transformações no campo brasileiro, e Santa Catarina não foi exceção. Por esta razão é preciso ter cautela ao realizar qualquer afirmação que nos leve a conclusões parciais, como a que realizamos linhas acima. Como por exemplo, o acesso à terra em um universo em que as fronteiras agrícolas se encontram quase que totalmente esgotadas, se traduz em um importante impulso à mudanças neste padrão migratório. O trabalho de

---

<sup>11</sup> Participando deste debate, Rosa Esther (FFLCH-USP) afirma que os padrões de mobilidade estão diretamente relacionados ao acesso à informação [informação sobre o panorama geral da economia, informação sobre diferentes localidades, etc.]. IV Encontro Nacional Sobre Migrações da ABEP, Rio de Janeiro, novembro de 2005.

Abramovay<sup>12</sup> (2001) indica algumas mudanças neste padrão de mobilidade. O quadro a seguir representa uma síntese do universo agrário a partir da perspectiva dos jovens agricultores, filhos de pequenos proprietários rurais.

**Tabela 1- Opinião dos rapazes quanto ao seu futuro como agricultor (%)**

Respostas	TOTAL	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Gostaria de ser agricultor e é certo que será agricultor	38	62	44	22
Prefere outra profissão	12	14	7	16
Desejaria ser agricultor mais vê dificuldades	31	19	26	41
Não sabe se será agricultor porque não pensou nisso	6	5	14	0
Não deseja ser agricultor	13	0	9	21
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: ABRAMOVAY (2001)

Como podemos observar na tabela 1, um importante percentual de jovens do sexo masculino tem desejo de continuar na agricultura (31%), porém vê dificuldades na

---

<sup>12</sup> É importante ressaltar que o referido trabalha apenas com os agricultores que ainda se encontram no mundo rural, através de importante pesquisa de campo estes autores tentam abordar os diferentes temas referentes à permanência dos jovens no campo. ABRAMOVAY, R.(org); SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.<sup>a</sup>; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

concretização deste desejo por conta da realidade produtiva e social em que estão inseridos. Chama atenção o importante fato de que as respostas variam em relação diretamente proporcional às condições de reprodução da propriedade dos pais, tanto no que se refere ao desejo de permanecer na agricultura quanto à sua opinião sobre a concretização deste desejo. A opção pelo universo rural estaria diretamente relacionada à realidade em que estes jovens estão inseridos. A tabela 2 nos permite visualizar como o grau de instrução do jovem rural também funciona como importante fator para o julgamento sobre o ato de permanecer no mundo rural, ou optar pelo mundo urbano.

**Tabela 2 - Onde os jovens do campo acham que tem as melhores oportunidades (dirigida aos rapazes) (%)**

Respostas	TOTAL	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
No meio rural e na agricultura	72	81	81	61
No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas	13	14	7	17
Na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas	2	0	2	2
Na cidade, em atividades da cidade (serviço, ind., etc.)	13	5	10	10
Total	100	100	100	100
Número de Respostas	109	21	42	46

Fonte: ABRAMOVAY (2001)

Como podemos observar, os rapazes apresentam um grau de consciencia, no que se refere ao grau de instrução como forma de inserção quando os jovens 'rurais' encaram a possibilidade de migrar para as cidades: nada menos do que 71% dos entrevistados julgam que "considerando o seu grau de instrução" têm melhores oportunidades na agricultura. Dessa forma, o ato de migrar para a cidade e a "possibilidade de inserção urbana [são encarados] com bastante ceticismo pelos rapazes"(ABRAMOVAY, 2001, p.46).

Entretanto existem divergências de grandes dimensões no que se refere ao gênero, para as ambições dos jovens entrevistados. Quando as duas perguntas citadas foram realizadas com mulheres, apenas 38% responderam que gostariam de ser agricultoras e somente 54% consideraram que "considerando o seu grau de instrução" têm melhores oportunidades na agricultura. Dessa forma, a pesquisa de Abramovay (2001) parece corroborar, para o caso do

Oeste catarinense, a tese de Ravenstein (1980), segundo a qual as mulheres migram mais do que os homens.

Por fim vale ressaltar que, apesar do perfil dos entrevistados demonstrar que grande parte dos jovens do sexo masculino ainda desejarem permanecer na agricultura, são as cidades que apresentam grande dinamismo demográfico nos últimos anos, em detrimento das áreas tradicionalmente agrícolas. Em seu texto Mira (2000) afirma que, em 1991, cerca de 36% da população catarinense vivia fora de seu local de origem e que a maior parte dos migrantes, que se deslocam dentro do estado, se dirigiam às cidades. “Em 1970, dos habitantes urbanos 49% eram migrantes, e que em 1991 [este número] atinge mais de 70%” (MIRA, 2001, p.133).

A dinâmica demográfica atual da região Oeste de Santa Catarina e a análise dos principais determinantes que levaram a este quadro serão o objeto de análise dos próximos capítulos desta monografia.

## **Capítulo 4. Movimento demográfico na região Oeste: análise comparativa**

A análise comparativa é um instrumento com grande potencial para trazer à luz disparidades presentes no processo que é objetivo da análise, ou seja, compreender o movimento demográfico do Oeste catarinense. A amplitude temporal da análise realizada neste capítulo é bastante estreita, compreendendo o período que abrange os anos entre 2000 e 2004. As razões que nos levaram a esta restrição analítica não são arbitrárias, mas pautadas na disponibilidade de dados<sup>13</sup>. Contudo, estes dados nos permitem visualizar de forma consistente o movimento demográfico neste período, nos levando a importantes constatações da magnitude deste processo.

A finalidade deste capítulo é captar o movimento, ou seja, observar os dados referentes à dinâmica demográfica do Oeste sem discorrer em análises aprofundadas. As análises serão tecidas com maior agudeza no próximo capítulo dedicado a este fim. Dividiremos o presente capítulo em duas partes: na primeira situaremos a região Oeste dentro do movimento demográfico de Santa Catarina, através de uma breve análise estadual e entre as mesoregiões catarinenses; na segunda parte, concentraremos a análise na mesoregião Oeste, objetivando ressaltar as disparidades internas do processo demográfico na mesoregião.

### ***4.1 Santa Catarina: breve perfil demográfico.***

---

<sup>13</sup> Devido ao trabalho MUÑOZ, F.P.; ALVES, P. ASSUMPCÃO. Análise do Dinamismo Demográfico Recente de Santa Catarina. PNUD, 2005.

A descrição da demografia recente do Oeste catarinense nos leva a observar, inicialmente, este movimento de maneira mais ampla. Desta forma, realizaremos um breve panorama da atual dinâmica demográfica de Santa Catarina, apresentando suas tendências e particularidades presentes nas distintas mesoregiões geográficas.

Segundo dados do Ministério Público (MP) de Santa Catarina e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o período que compreende os anos de 2000 a 2004 foi palco de um crescimento da população de Santa Catarina da ordem de 7,8%. Em números absolutos este incremento populacional foi de 417.818 habitantes. Em outras palavras, em 2000 a população catarinense era de 5.356.360 pessoas, atingindo o patamar de 5.744.178 habitantes, no ano de 2004.

É válido salientar que este crescimento expressivo não é fruto, apenas, de um alto crescimento vegetativo da população, decorrente de altos saldos entre as taxas de natalidade e mortalidade. Sem embargo, considerando a variação populacional do estado em 417.818 habitantes, e constatando que o crescimento vegetativo da população catarinense foi da ordem de 289.425 pessoas, chegamos ao número de migrantes de regiões externas ao estado de 128.393 pessoas. Desta forma, podemos afirmar que mais de 30% do incremento populacional catarinense é explicado pelo importante aporte de migrantes ao estado. Em última instância, estes números ilustram que o estado de Santa Catarina tem se constituído em um importante pólo de atração de pessoas. Este fato se torna ainda mais relevante quando comparamos esse percentual aos números observados no estado durante a década de 1970 e 1980, em que “a emigração suplantou a imigração em 129.804 e 159.729 [habitantes], [...] respectivamente” (CUNHA, 1992, p. 86). Diante disso, para não incorrer em generalizações incorretas, ganha relevância a tarefa de identificar as regiões que respondem por este movimento.

A priori, podemos realizar uma divisão dos municípios catarinenses segundo a amplitude de sua população. Segundo esta divisão, 35,84% dos municípios do estado apresentam população igual, ou inferior, a 5.000 habitantes e 45,73% apresentam população entre 5.001 e 20.000 habitantes. Sendo assim, mais de 80% dos municípios de Santa Catarina possuem menos de 20.000 habitantes, embora, respondam por apenas 29% da população estadual.

Em contrapartida, apenas 10 municípios detêm população superior à 100 mil habitantes, ou seja, menos de 3,5 % dos municípios. Porém, tais municípios concentram



sozinhos 39,22% da população do estado. Este quadro de concentração populacional nos principais municípios catarinenses vem sendo desenhado desde o final da década de 1970. Em 1980 os dez maiores municípios do estado já concentravam 33,7% da população total, percentual que passou para 37% na década de 1990.

Estes números nos permitem uma primeira análise, situando Santa Catarina como um estado com elevado número de pequenos municípios, mas que, em grande medida, apresenta concentração de sua população nos grandes centros urbanos, conforme a tabela 3.

**Tabela 3 Participação dos 10 maiores Municípios no total da população do Estado**

Município	2000		2004	
	População	Concentração Populacional	População	Concentração Populacional
JOINVILLE	429.604	8,020%	477.971	8,278%
FLORIANÓPOLIS	342.315	6,391%	386.913	6,701%
BLUMENAU	261.808	4,888%	287.350	4,976%
SÃO JOSÉ	173.559	3,240%	192.679	3,337%
CRICIÚMA	170.420	3,182%	182.785	3,166%
LAGES	157.682	2,944%	165.068	2,859%
ITAJAÍ	147.494	2,754%	161.789	2,802%
CHAPECÓ	146.967	2,744%	165.220	2,861%
JARAGUÁ DO SUL	108.489	2,025%	124.661	2,159%
PALHOÇA	102.742	1,918%	120.346	2,084%
Total	2.041.080	38,106%	2.264.782	39,223%

Fonte: MUÑOZ & ALVES (2005).

Os dados da tabela 3 nos permitem observar o aumento da participação das 10 maiores cidades no total populacional, partindo de 38,10% em 2000, alcançando o patamar de 39,22% em 2004. Também é válido salientar que existe uma tendência à concentração nos quatro maiores centros, mesmo quando analisamos as maiores cidades em conjunto, pois estes municípios passaram de 22,5% para 23,3% da concentração populacional. A preocupação com esta tendência à concentração populacional nos quatro maiores centros urbanos está presente na obra de Idaulo José Cunha (1992). Este autor chama atenção para o fato das quatro maiores

idades catarinenses concentrarem cerca de 30% da população urbana do estado na década de 1980. Porém, vale salientar que a configuração dos quatro maiores municípios em 1980 não é a mesma da que observamos atualmente. As principais mudanças são referentes ao movimento de expansão demográfica nos municípios próximos à capital estadual. Em 1980, São José ocupava a sexta posição e Lages a quarta. Outro dado que reforça a idéia de que existe um processo de formação de uma metrópole na área urbana próxima a Florianópolis, é o aparecimento da cidade de Palhoça no índice das 10 maiores cidades, sendo que, no ano de 1980, este lugar era ocupado pela cidade de Tubarão.

Para reforçar a tese de concentração populacional nos grandes centros urbanos podemos analisar os dados que se referem à concentração populacional nos cem menores municípios catarinenses. Segundo estes dados, no ano 2000 os cem menores municípios detinham 5,79% dos habitantes de Santa Catarina, passando para 5,24% no ano 2004. Ou seja, se por um lado, os grandes municípios têm concentrado maior parcela da população, por outro, os municípios de menor porte perderam participação na população durante os últimos quatro anos, no estado de Santa Catarina.

Perseguindo o intuito de delimitar a dimensão do atual movimento demográfico no espaço estadual, uma análise pautada na divisão geográfica do espaço transparece como uma segunda forma pertinente de abordar o tema. Assim sendo, a tabela 4 apresenta uma série de dados agregados segundo as mesoregiões geográficas de Santa Catarina.

**Tabela 4 Crescimento e Migração nas Mesoregiões de Santa Catarina:**

Mesoregiões	População - 2000	População - 2004	Diferença 2000-2004	% de Crescimento Populacional	Saldo Natural (nascidos vivos - óbitos)	Saldo Migratório
Norte	1.029.956	1.128.520	98.564	9,57%	61.894	36.670
Vale do Itajaí	1.249.319	1.373.799	124.480	9,96%	64.713	59.767
Grande Florianópolis	724.272	815.642	91.370	12,62%	38.201	53.169
Sul	828.595	884.198	55.603	6,71%	38.671	16.932
Serrana	402.906	416.161	13.255	3,29%	23.374	-10.119
Oeste	1.121.312	1.155.858	34.546	3,08%	62.572	-28.026
Santa Catarina	5.356.360	5.774.178	417.818	7,80%	250.754	128.393

Fonte: Construção própria a partir de dados do MPSC; PNUD e IBGE.

Como podemos verificar na tabela 4, o comportamento demográfico de Santa Catarina é um movimento díspare que nos impede de atribuir uma única dinâmica demográfica ao conjunto do estado.

Em linhas gerais, podemos ressaltar o vigoroso crescimento populacional de três mesoregiões catarinenses em particular: Norte; Vale do Itajaí; e Grande Florianópolis. Nos três casos citados é latente a participação do aporte de migrantes para o incremento da população. Não obstante a mesoregião do Vale do Itajaí revelar-se o principal destino para o fluxo de migrantes, chama a atenção o fato da região da grande Florianópolis receber um fluxo migratório que respondeu por mais de 58% de seu crescimento populacional. Em grande medida, estes dados indicam a continuidade de um movimento demográfico com origens na década de 1980, em que as mesoregiões citadas já se destacavam como os principais pólos de crescimento<sup>14</sup>. Tais dados nos permitem visualizar superficialmente os principais focos de atração populacional no estado.

Apresentando um movimento demográfico no sentido oposto, ressaltamos os casos das mesoregiões Serrana e Oeste, com crescimentos populacionais bastante inferiores à média do estado. Mais uma vez é válido salientar o papel que os fluxos migratórios desempenham nesta dinâmica demográfica. Essas duas mesoregiões foram as únicas a apresentar fluxos migratórios negativos, configurando-se como pólos emissores de contingentes populacionais. Vale chamar atenção para o fato de que o movimento demográfico de baixo dinamismo da mesoregião Oeste vem se mostrando aparente desde a década de 1980, enquanto a evasão de contingentes da mesoregião Serrana é um movimento de menor longevidade.

A única mesoregião que apresentou crescimento populacional próximo à média do estado foi a mesoregião Sul. Apesar de apresentar um crescimento inferior à média de Santa

---

<sup>14</sup> Para maiores informações dos comentários sobre movimentos demográficos anteriores ver CUNHA, I.J. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

Catarina, configura-se como um tímido pólo de atração populacional, invertendo a lógica declinante que apresentou no decorrer da década de 1980.

Este quadro desenhado pela dinâmica demográfica recente de Santa Catarina levou analistas a apelidar este movimento como a ‘litoralização’ da população do estado. Como podemos observar pelos números da tabela 2, apesar das mesoregiões Serrana e Oeste conservarem importante participação na população catarinense, as tendências demográficas recentes nos levam a indicar um teor de veracidade nesta colocação.

#### ***4.2 Mesoregião Oeste: fonte de fluxos?***

Esta subseção será dedicada à análise do movimento demográfico da mesoregião Oeste de Santa Catarina, principalmente no período recente. O principal objetivo é explicitar as coerências e disparidades existentes neste movimento demográfico, buscando iluminar as tendências populacionais presentes nas diferentes áreas desta mesoregião.

Quando analisada de forma agregada, a mesoregião Oeste apresenta uma dinâmica demográfica inferior a do estado de Santa Catarina. No período 2000 a 2004, seu crescimento populacional foi da ordem de 3,08%, caracterizando-se pela evasão populacional de 28.026 habitantes no decorrer destes anos. Chama a atenção o fato de que até o fim da década de 1970, a tendência demográfica do Oeste catarinense era expansiva, sendo que a inversão do fluxo ocorreu no início da década de 1980. Neste período, esta região se configurou como área emissora de migrantes (vale ressaltar que os números eram menos expressivos do que os apresentados atualmente).

Como podemos observar no caso de Santa Catarina, os movimentos demográficos não são uniformes no espaço. Dessa maneira, lançar luz sobre suas discrepâncias no caso do Oeste se torna uma tarefa de vital importância para a compreensão deste movimento de uma forma mais qualificada.

Seguindo o roteiro de análise utilizado na seção anterior para o caso catarinense, nos preocuparemos agora com a identificação do movimento demográfico no Oeste, segundo a dimensão da população presente nos distintos municípios.

**Tabela 5 Classificação dos Municípios da Mesoregião Oeste por número de habitantes no ano de 2004**

Número de habitantes	Número de municípios	% do total de municípios	% de concentração populacional. da mesoregião
Até 5.000	56	50,91%	15%
De 5.001 a 20.000	42	38,18%	34%
De 20.001 a 50.000	9	8,18%	24%
De 50.001 a 100.000	2	1,82%	12%
Mais de 100.001	1	0,91%	15%
Total	110	100,00%	100%

Fonte: Construção própria a partir de dados do MPSC, PNUD e IBGE.

Os dados da tabela acima nos permitem observar que a mesoregião Oeste apresenta uma maioria absoluta de municípios de pequeno porte. Nesta mesoregião, 50% dos municípios são formados por populações inferiores a 5.000 habitantes. Em contrapartida, estes municípios só representam 15% do total populacional. Por outro lado, se analisarmos o extrato populacional que configura pequenos municípios (de 5.001 a 20.000 habitantes), podemos verificar que a participação deste extrato no número de municípios e no total populacional ocorre em patamares próximos, respectivamente a 38% e 34%. De toda forma, a predominância de municípios de pequeno porte dentro desta mesoregião é clara.

Quando analisamos a concentração populacional nos 10 municípios mais populosos da mesoregião Oeste, chegamos a um quadro de concentração populacional bastante superior ao desenhado para o estado catarinense como um todo.

**Tabela 6 Participação dos 10 maiores Municípios do Oeste no total de sua população.**

Municípios	População 2000	População 2004	Diferença 2000 /04	Migração	Participação no total da população. em 2004
Caçador	63.322	69.767	6.445	1226	6%
Capinzal	19.955	23.167	3.212	1889	2%
Chapecó	146.967	165.220	18.253	8446	15%
Concórdia	63.058	65.754	2.696	-463	6%
Friburgo	32.948	36.180	3.232	381	3%
Joaçaba	24.066	24.708	642	-505	2%
São Miguel D'oeste	32.324	32.928	604	-852	3%
Videira	41.589	45.699	4.110	1265	4%
Xanxerê	37.429	39.812	2.383	-4	3%
Xaxim	22.857	24.432	1.575	242	2%
Total	484.515	527.667	43.152	11625	46%

Fonte: Construção própria a partir de dados do MPSC, PNUD e IBGE.

Como podemos observar na tabela 6, a mesoregião Oeste apresenta uma concentração populacional em seus dez maiores municípios que atinge o patamar de 46%. Este número traduz a discrepância populacional existente entre os 'municípios pólo' e a mesoregião em seu conjunto. Esta desigualdade se faz presente na orientação dos fluxos migratórios, pois observa-se que o conjunto dos dez maiores municípios do Oeste, centralizam cerca de 70% dos fluxos que se destinaram a esta mesoregião. Podemos ilustrar a tese de concentração nos pólos isolando a participação populacional dos quatro municípios mais populosos: Chapecó (15%), Caçador (6%), Concórdia (6%) e Videira (4%). Nestes municípios, o patamar de concentração de 31% é superior àquele encontrado nos 4 maiores municípios mais populosos de Santa Catarina. De todas as formas, é válido observar a importante concentração na cidade de Chapecó, que além de reunir cerca de 15% da população mesoregional, foi o município que

recebeu o maior aporte de migrantes no período de 2000-2004: cerca de 50% do fluxo que se dirigiu a cidades do oeste catarinense.

Mudando o foco da análise e tentando delimitar a configuração espacial do movimento demográfico na mesoregião Oeste - e buscando também observar este movimento segundo a classificação estabelecida pelo atual governo catarinense -, apresentamos a análise na perspectiva das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs).

**Tabela 7 - Migrações no Oeste segundo as SDRs.**

	População - 2000	População - 2004	Diferença 2000/04	Saldo Natural (nascidos vivos - óbitos)	Saldo Migratório
Mesoregião Oeste					
SDR – Chapecó	189.782	207.070	17.288	11.585	5.703
SDR – Caçador	96.205	104.756	8.551	7.216	1.335
SDR – Videira	95.973	103.369	7.396	6.452	944
SDR – Joaçaba	112.217	118.394	6.177	5.678	499
SDR – Xanxerê	133.483	140.598	7.115	8.899	-1.784
SDR – Concórdia	142.086	145.662	3.576	5.911	-2.335
SDR - Dionísio Cerqueira	50.576	48.680	-1.896	2.805	-4.701
SDR – Palmitos	63.479	60.004	-3.475	2.094	-5.569
SDR – Maravilha	69.484	66.854	-2.630	3.496	-6.126
SDR - São Lourenço D'Oeste	67.828	64.181	-3.647	4.145	-7.792
SDR - São Miguel D'Oeste	100.199	96.290	-3.909	4.291	-8.200
<b>TOTAL</b>	<b>1.121.312</b>	<b>1.155.858</b>	<b>34.546</b>	<b>62.572</b>	<b>-28.026</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados do MPSC, PNUD, IBGE.

Os dados apresentados na tabela 7 nos permitem desenhar um esboço do quadro formado pelo movimento demográfico recente, o qual ilustra como têm se orientado o fluxo migratório nesta mesoregião. Como podemos observar, existe um hiato claro entre algumas regiões que recebem um grande fluxo de pessoas e algumas regiões que estão se configurando como ‘emissores populacionais’. Assim, das onze SDRs que formam esta mesoregião, sete estão perdendo população. Em linhas gerais podemos dividir o movimento demográfico, descrito pela tabela acima, em três grupos distintos:

O primeiro grupo é formado por quatro SDRs que apresentam crescimento populacional positivo e fluxo de movimento migratório também positivo –Chapecó, Caçador,

Videira e Joaçaba -. De qualquer forma, estas SDRs formam um contraste ao movimento observado no conjunto da mesoregião, fato que acena para a possibilidade de que tais SDRs podem estar se configurando como um espaço de destino dos fluxos gerados nas demais áreas. Entretanto, vale ressaltar que o dinamismo demográfico dessas SDRs não tem conseguido atrair nem  $\frac{1}{4}$  do fluxo de migrantes da mesoregião.

O segundo grupo é formado por duas SDRs que apresentam fluxos de movimento migratório negativo, porém, apresentam um crescimento populacional positivo – Xanxerê, Concórdia - . Esta situação é decorrente do saldo natural (nascidos vivos - mortos) suplantarem o êxodo populacional nessas SDRs. Ou seja, estas regiões ainda conseguem suprir sua taxa negativa de migração, através de seu crescimento populacional vegetativo.

O terceiro grupo é formado por SDRs que vêm sofrendo diminuição bruta de sua população, através de taxas negativas de migração e decréscimo populacional. Este é o grupo com o maior número de SDRs: Dionísio Cerqueira, Palmitos, Maravilha, São Lourenço D'Oeste e São Miguel D'Oeste. Merece destaque o fato de que, com exceção da SDR de São Miguel D'Oeste, este terceiro grupo é formado por SDRs de pequeno porte populacional, onde não existem grandes centros urbanos que possam concentrar os fluxos migratórios provindos dos municípios menores.

O mapa 1 permite uma visualização espacial do movimento demográfico no Oeste de Santa Catarina. Como podemos observar neste mapa, o dinamismo demográfico do Oeste catarinense é diretamente relacionado à distribuição espacial da população. O mapa acima se relaciona diretamente ao movimento de 'litoralização' do estado, ilustrando-o de forma bastante didática, segundo a gradual dispersão dos migrantes. As SDRs que apresentam perda bruta de população no período 2000-2004 se encontram na região do extremo Oeste e, conforme nos deslocamos para o Leste, a situação demográfica passa a ser mais atenuada. As duas SDRs que apresentam evasão populacional, mas que sua população segue apresentando um dinamismo positivo, estão no centro da mesoregião. Por fim, as regiões que se configuram como áreas de destino dos fluxos populacionais estão localizadas no Leste da mesoregião Oeste. A única exceção a este esquema é a SDR de Chapecó, cujo dinamismo demográfico reflete o papel de centro econômico regional.



# Mesoregião Oeste



A tabela 8 relaciona alguns dados referentes às condições sócio-econômicas das distintas SDRs da região Oeste, com seus respectivos dinamismos demográficos, permitindo realizar uma análise com o intuito de correlacionar os saldos migratórios e o panorama sócio-econômico das distintas SDRs da mesoregião Oeste.

**Tabela 8 Dinâmica Demográfica e Condições Sócio-econômicas das SDRs do Oeste de Santa Catarina**

	População (2004)	Saldo Migratório (2000-2004)	Taxa de urbaniz. (2000)	Renda per capita (2000) (R\$)*	População sem Renda suficiente (2000)
Mesoregião Oeste					
SDR – Chapecó	207.070	5.703	77,9%	255	15,25%
SDR – Caçador	104.756	1.335	74,4%	191	22,07%
SDR – Videira	103.369	944	77,5%	286	13,58%
SDR – Joaçaba	118.394	499	71,9%	309	13,29%
SDR – Xanxerê	140.598	-1.784	61,6%	240	22,88%
SDR – Concórdia	145.662	-2.335	55,6%	275	12,69%
SDR - Dionísio Cerqueira**	48.680	-4.701	-	-	-
SDR – Palmitos	60.004	-5.569	46,6%	276	15,06%
SDR – Maravilha	66.854	-6.126	49,9%	198	19,40%
SDR - São Lourenço D'Oeste	64.181	-7.792	47,7%	224	25,95%
SDR - São Miguel D'Oeste	96.290	-8.200	49,3%	195	20,70%
TOTAL	1.155.858	-28.026	61,2%	245	18,08%

Fonte: ICEPA, Secretário do Estado do Planejamento (2003).

\* Dados arredondados para baixo.

\*\* A SDR de Dionísio Cerqueira foi criada depois de 2003, por este motivo não haviam dados disponibilizados para este conjunto de municípios separadamente, os dados relativos a esta SDR estão incorporados na SDR de São Miguel D'Oeste.

A primeira observação pertinente, diz respeito à alta correlação entre taxa de urbanização da SDR e fluxos migratórios positivos. Esta afirmação é corroborada pela tabela acima, pois as quatro SDRs com maior taxa de urbanização, são as mesmas SDRs que apresentam saldos migratórios positivos. Neste sentido, é possível indicar que os fluxos migratórios nesta região se constituem, em grande medida, em um movimento de êxodo rural.

Por outro lado, podemos perceber uma tímida correlação entre os níveis de renda per capita das distintas regiões e os fluxos migratórios. Por outro lado, tais fluxos parecem estar

positivamente relacionados à porcentagem de população que se encontra na faixa de renda considerada insuficiente pelo ICEPA.

O próximo capítulo desta monografia tem como objetivo apresentar os principais determinantes econômicos que influenciam o sentido dos fluxos descritos neste capítulo.

## **Capítulo 5. Elementos Explicativos do Movimento Demográfico Atual no Oeste Catarinense**

Este capítulo tem especial importância na constituição do presente trabalho por representar o ponto de convergência entre a demografia e os processos econômico-sociais que se desenrolam na região em foco. Segundo Wilson Cano<sup>15</sup> esta faina representa o tema de maior esforço na tarefa de um economista que se dispõe a estudar a demografia. Buscando maior precisão, definimos como elementos explicativos do dinamismo demográfico, os fatores econômicos condicionantes que julgamos de maior relevância na constituição (e reconstituição) dos padrões migratórios da região Oeste de Santa Catarina. Dialogando com o marco teórico desenvolvido por Paul Singer, em um sentido amplo, poderíamos identificar os elementos explicativos como os principais fatores de expulsão (ou atração) que estão presentes no dinamismo econômico regional.

No sentido de Mior (2005), expomos anteriormente a estreita relação entre o dinamismo econômico da região Oeste de Santa Catarina e o desenvolvimento de seus segmentos agroindustriais, tanto dos empreendimentos agropecuários quanto da indústria alimentar em si. “Sua economia é profundamente dependente das atividades agrícolas e agroindustriais, com poucas oportunidades de emprego em outros setores.” (MIOR, 2005, p. 84). De forma preponderante os elementos explicativos que elegemos para realizar esta análise estão diretamente relacionados às transformações do universo rural catarinense, bem como do dinamismo e reestruturação de sua agroindústria.

---

<sup>15</sup> IV Encontro Nacional de Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

Testa et all (1996) realizaram um diagnóstico da região Oeste de Santa Catarina, no que se refere à produção agrícola em pequenas propriedades, destacando-se as seguintes estimativas:

- Dos cerca de 100 mil estabelecimentos agrícolas da região apenas 36% podem ser considerados viabilizados economicamente, segundo as condições atuais de produção (com Renda de Produção Agrícola – ROA maior do que US\$ 4.200,00 /família/ano, incluindo auto abastecimento).
- Pode-se dizer que porcentagem igual (36%) dos estabelecimentos agrícolas se encontra em processo de descapitalização (com ROA entre US\$ 2.400,00 e US\$ 4.200,00/família/ano), porém, se adotados medidas intensivas e urgentes de apoio e crédito, podem ser viabilizadas economicamente.
- O restante dos estabelecimentos (28%), são constituídos de famílias em exclusão (ROA entre US\$ 1.000,00 e 2.400,00) ou estão na faixa de subsistência ( ROA abaixo de US\$ 1.000,00). Este grupo dificilmente conseguirá viabilizar-se, mesmo com políticas de apoio e incentivo.

Neste sentido, acompanhando o diagnóstico realizado por Testa et all (1996), selecionamos os seguintes pontos como principais elementos explicativos do dinamismo demográfico de Santa Catarina:

- 1) Transformações na relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias e a subsequente concentração expressiva dos estabelecimentos suinocultores.
- 2) Restrição na política de créditos para a agricultura.
- 3) Redução da rentabilidade de alguns dos produtos tradicionais da agricultura familiar.
- 4) Outras atividades econômicas que podem estar exercendo efeitos de atração sobre os trabalhadores rurais.

### **5.1 Transformações na Relação entre a Agricultura Familiar e as Agroindústrias e a Concentração do Número de Suinocultores.**

A relação entre os agricultores familiares e as agroindústrias se dá, preponderantemente, através dos sistemas de integração. Estes sistemas foram implantados na região ao longo da década de 1960, inicialmente na avicultura e, posteriormente, na suinocultura.

A Sadia Concórdia foi à precursora deste sistema, no início da década de 1950, quando lançou o programa 'Fomento Agropecuário', integrando verticalmente sua produção de matérias-primas e sua indústria de transformação. A forma como esta integração foi desenvolvida se deu através de um acordo 'mútuo' de garantias de produção e comercialização, que estava assentado em um contrato de compra e venda de insumos, como leitões, assistência técnica e rações (GRIEBELER, 2002, p.46).

Porém, é a partir da implantação do crédito rural e com a expansão do mercado consumidor (ao longo da década de 1960) que o programa de fomento agropecuário difundiu-se aceleradamente, incorporando cada vez mais agricultores ao sistema de integração (SILVESTRO, 1995).

Alguns estudos apontam que o sistema de integração tem sido, e foi, um dos principais elementos responsáveis pelo incremento da competitividade das agroindústrias catarinenses. No limite, esta forma de relação organizacional pode ser comparada às mais modernas organizações flexíveis, em que a planta principal transfere para os demais elos da cadeia os principais riscos envolvidos no processo produtivo, bem como uma importante soma de encargos sociais e trabalhistas. Porém, centralizando os elos que envolvem maior agregação de valor, destacando-se o processamento industrial e a comercialização.

O sistema de integração passou por distintas fases, desenvolvendo-se de forma gradativa, iniciando-se como uma adequação da demanda industrial às condições econômico-produtiva dos agricultores. Mas que em um segundo momento, assumiu uma forma em que as agroindústrias passam a dinamizar o processo, impondo as formas de relacionamento, bem como os padrões produtivos, prazos e preços finais (GRIBELER, 2002, p.47).

De qualquer forma, pode-se dizer que até 1980 existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento das atividades agropecuárias da região. Havia a absorção gradativa de novos produtores integrados, além de um ambiente produtivo em que “o agricultor gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores.” (MIOR, 2005, p.86).

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos de 1980, desembocou em um ambiente de crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, na região Oeste do estado de Santa Catarina. Pode-se dizer que a introdução de novas tecnologias, o crescimento progressivo das escalas de produção e as mudanças na organização produtiva, passaram a minar gradativamente a tradicional forma de inserção da agricultura familiar, caracterizada por ser de ciclo completo. No caso da suinocultura e da avicultura, isso quer dizer que as distintas fases da produção passam a ser desmembradas entre diferentes estabelecimentos produtivos, cujo principal resultado para os produtores foi a perda de autonomia e a concentração produtiva:

“Com este processo, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos de 1980, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares. De um total de 67 mil suinocultores em 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 [na região Oeste de Santa Catarina.”(ibid, p.87) .

Os números da tabela 9 apresentam importante diminuição no número total de suinocultores durante o período em questão. No entanto, observa-se um aumento de cerca de 24,9%, na produção de suínos no estado. Esta aparente contradição é explicada pela intensa concentração produtiva no setor, expressada pelo aumento percentual da participação de estabelecimentos com mais de 200 animais, acompanhado da diminuição do número de estabelecimentos com menos de 10 animais e daqueles que detinham entre 10 e 50 animais.

Pode-se afirmar que este movimento está relacionado ao crescimento das escalas de produção dos integrados às agroindústrias catarinenses. Em grande medida, os elementos que estão conjugando nesta direção são: a adoção de novas estratégias produtivas por parte das agroindústrias; não adequação dos pequenos estabelecimentos às técnicas organizativas e aos novos equipamentos que estão sendo utilizados na produção de suínos.

**Tabela 9 Número de produtores suínos e o efetivo segundo estrato de animais, em Santa Catarina, em 1995-96 e 2003<sup>16</sup>.**

Número de animais	Censo agropecuário 1995-96				LAC 2003			
	No. de produtores	%	No. de animais	%	No. de produtores	%	No. de animais	%
Menos de 10	87.074	66,6	310.592	6,8	34.705	63,4	121.192	2,1
De 10 a menos de 50	30.301	23,2	566.222	12,5	10.052	18,4	208.800	3,7
De 50 a menos de 200	8.617	6,6	835.599	18,4	3.000	5,5	377.728	6,7
De 200 e mais	4.827	3,7	2.823.158	62,2	6.954	12,7	4.956.792	87,5
<b>Total</b>	<b>130.819</b>	<b>100</b>	<b>4.535.571</b>	<b>100</b>	<b>54.711</b>	<b>100</b>	<b>5.664.512</b>	<b>100</b>

Fonte: ICEPA. Censos Agropecuários de 1995-96. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2003.

<sup>16</sup> Vale ressaltar que existe uma importante diferença metodológica na apreensão de dados entre os Censos do IBGE e do LAC de Santa Catarina.



De qualquer forma, no que se refere às formas como a agroindústria se relaciona com os produtores de suínos, pode-se dizer que o sistema de integração segue o modelo exposto por Griebeler (2002, p. 50 e 51).

Às agroindústrias cabe:

- Fornecer matrizes
- Fornecer assistência técnica
- Fornecer rações e alimentação para os animais
- Transportar alimentos e rações para os animais, assim como transportar a produção
- Encarregar-se da comercialização e determinação de preços finais de compra

Aos produtores cabe:

- Obedecer rigorosamente às normas difundidas pela assistência técnica, caso contrário prevê-se a rescisão do contrato
- Permitir livre acesso dos técnicos da empresa para acompanhamento do processo de produção
- Arcar com as despesas com serviços de tratamento, aquecimento e cuidados com os animais
- Oferecer mão de obra necessária, tanto sua, como da família ou de terceiros<sup>17</sup>
- Criação e terminação em prazos predeterminados pela agroindústria

---

<sup>17</sup> No caso de contratação de mão de obra, responder pelos encargos sociais e trabalhistas.

Ainda segundo este trabalho, onde Griebeler se baseia em um artigo de Gomes et al (1992), as vantagens apontadas para o sistema de integração foram expostas como:

- a) apresentar maior segurança e menor risco ao suinocultor. Sendo que, em relação ao preço, ofereceria maior segurança em períodos de crise;
- b) promover melhor gerenciamento do setor, respostas mais eficientes frente as mudanças no mercado, maior eficiência e produtividade na produção agropecuária;
- c) Permitir superar a falta de capitalização do agricultor.

No que se refere ao processo de transformação da relação entre agroindústria e produtores familiares, pode-se dizer que as estratégias das agroindústrias estão convergindo para uma redistribuição espacial da produção pecuária e de suínos. Sendo que a prioridade tem sido dada no sentido de produtores com maiores escalas e localizados nas proximidades das plantas industriais.

“Suas estratégias de concentração e intensificação da atividade têm provocado exclusão de agricultores, degradação de recursos naturais, especialmente de água e do solo, e esvaziamento de comunidades rurais. O chamado processo de ‘expansão vertical’ praticado pelas grandes agroindústrias pressupõe mecanismos crescentes de automação e redução de custos, obrigando a intensificação mais rápida da produção, aumentando a pressão sobre as unidades familiares e, no limite, levando ao seu desaparecimento.”(SHMIDT, 2003, p.267) .

## ***5.2 Restrição na Política de Créditos para a Agricultura.***

O crédito rural se constitui em um dos mais importantes instrumentos de política agrícola ao longo da moderna fase da agricultura brasileira (segunda metade do século XX). Pode-se dizer que a consolidação deste instrumento de financiamento da agricultura se tornou realmente importante a partir de 1965, com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, que nasceu com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos investimentos rurais.

O crédito rural pode ser dividido segundo sua finalidade: custeio, investimento e comercialização. O crédito de custeio é destinado ao pagamento de despesas relativas ao ciclo produtivo das lavouras, da entressafra ou da extração de produtos vegetais, incluindo o beneficiamento primário da produção e seu armazenamento. O crédito de investimento seria destinado a gastos em inversões fixas e semifixas, ao amparo de projetos integrados, ainda que seu orçamento contemple alguns gastos ainda relacionados ao custeio da produção. Por último, o crédito de comercialização se destina a assegurar ao produtor rural os recursos necessários à colocação de seus produtos no mercado, e compreende a pré-comercialização, desconto e empréstimos a cooperativas para adiantamentos a cooperados (GOULARTI, 2001, p.20).

Em última instância, o crédito agrícola pode ser ilustrado pelo importante papel que cumpriu na ‘modernização’ da agricultura brasileira<sup>18</sup>. Num ambiente de escassez de capital como é o caso do Oeste catarinense (segundo Testa et al., 1996, um dos principais fatores que contribuíram para que essa região não realizasse uma tecnificação eficiente de seus processos produtivos foi a limitação ao crédito rural).

A função do crédito agrícola no desenvolvimento do universo rural pode ser descrita como um processo de características contraditórias. Por um lado, a concessão de crédito é um elemento crucial para a capacitação e modernização das distintas formas de produção no mundo agrário, permitindo que os produtores absorvam as inovações de processo e produtos, ampliem sua produtividade, etc. Por outro, se não for respeitado o sentido democrático da concessão de recursos, o crédito rural pode se tornar um potente instrumento no sentido da concentração de recursos e de terras. Neste caso, a concessão de crédito a um grupo diminuto

---

<sup>18</sup> O processo de modernização da agricultura brasileira é descrito por diversos autores como a integração da agricultura aos processos industriais que se situam a montante e a jusante da atividade agrícola em si, bem como da tecnificação de seus processos produtivos.

de agricultores potencializa a capacidade destes adquirirem as terras de outros produtores descapitalizados, incentivando o processo de exclusão do mundo rural.

No que se refere às características do Sistema Nacional de Crédito Rural, é possível observar diferenciados períodos na concessão destes recursos, que podem ser divididos, de modo geral, em duas fases: o período de 1965 a 1980; e o período de 1980 até os dias atuais.

Conforme a Tabela 10 é possível dizer que as características básicas da concessão de crédito rural no Brasil, no período seguinte à implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965 a 1980, podem ser descritas como: oferta de crédito rural crescente (houve um curto período de contração em 1966-1967, com as políticas restritivas de Roberto Campos), apresentando grande expansão até 1980.

**Tabela 10 Evolução do volume de recursos do Crédito Rural no Brasil.**

Ano	Moeda	Valores correntes	Valores constantes em milhões de R\$*	Varição anual
1969	NCr\$	6.489.096.000	18.748	-39,72
1970	Cr\$	9.247.980.000	22.370	19,32
1971	Cr\$	12.869.711.000	25.875	15,67
1972	Cr\$	18.668.785.000	31.990	23,63
1973	Cr\$	30.333.919.000	45.234	41,40
1974	Cr\$	48.272.761.000	55.939	23,66
1975	Cr\$	89.997.117.000	81.560	45,80
1976	Cr\$	130.226.160.000	83.558	2,45
1977	Cr\$	165.858.671.000	74.599	-10,72
1978	Cr\$	233.942.454.000	75.847	1,67
1979	Cr\$	448.730.894.000	94.519	24,62
1980	Cr\$	859.193.128.000	90.392	-4,37
1981	Cr\$	1.564.090.171.000	78.403	-13,26
1982	Cr\$	2.960.272.886.000	75.923	-3,16
1983	Cr\$	5.687.785.916.000	57.312	-24,51
1984	Cr\$	11.138.665.520.000	35.007	-38,92
1985	Cr\$	51.705.203.320.010	49.920	42,60
1986	Cz\$	186.780.085.648	74.439	49,12
1987	Cz\$	478.278.934.444	58.681	-21,17
1988	Cz\$	2.648.106.745.503	41.408	-29,43
1989	NCz\$	34.335.066.599	37.813	-8,68
1990	Cr\$	557.089.210.701	21.603	-42,87
1991	Cr\$	2.958.342.825.718	22.288	3,17
1992	Cr\$	35.799.339.489.152	24.712	10,88
1993	CR\$	677.434.965.235	21.220	-14,13
1994	R\$	8.921.742.735	34.563	62,88
1995	R\$	6.481.597.114	15.728	-54,49
1996	R\$	6.293.201.099	13.745	-12,61
1997	R\$	9.839.522.275	19.915	44,89
1998	R\$	11.133.827.728	21.692	8,92
1999	R\$	11.786.166.115	20.628	-4,90
2000	R\$	13.779.503.344	21.198	2,76
2001	R\$	17.942.118.196	25.009	17,98
2002	R\$	22.443.322.771	27.560	10,20
2003	R\$	31.102.681.808	31.103	12,85

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro – DEFIN.

Também é possível dizer que havia relativa facilidade de repasse aos beneficiários<sup>19</sup>. Goulart (2001) apresenta interessante distribuição da concessão do crédito segundo sua finalidade para o período em questão (1965-1980): custeio (45,98%); investimento (28,15%); comercialização (25,86%).

Neste período, Santa Catarina apresenta uma distribuição de recursos entre os diferentes segmentos de empreendimentos agrícolas um pouco diferenciada do resto do Brasil. Neste estado é possível dizer que uma parcela maior de pequenos e médios agricultores catarinenses teve acesso ao SNCR e aos créditos dos sistemas estaduais de financiamento (como, por exemplo, o do BADESC), do que foi normalmente observado para os pequenos e médios agricultores do restante do país. No entanto, apesar desta característica aparentemente mais democrática de concessão de crédito, o estado de Santa Catarina sempre privilegiou a formação dos grandes complexos agroindustriais. “As aplicações de crédito rural, os programas de extensão rural e os fundos públicos para financiamento de indústrias ou de infraestrutura privilegiaram as ‘integradoras’[e os agricultores que estivessem integrados]”(SHMIDT, 2003, p.267).

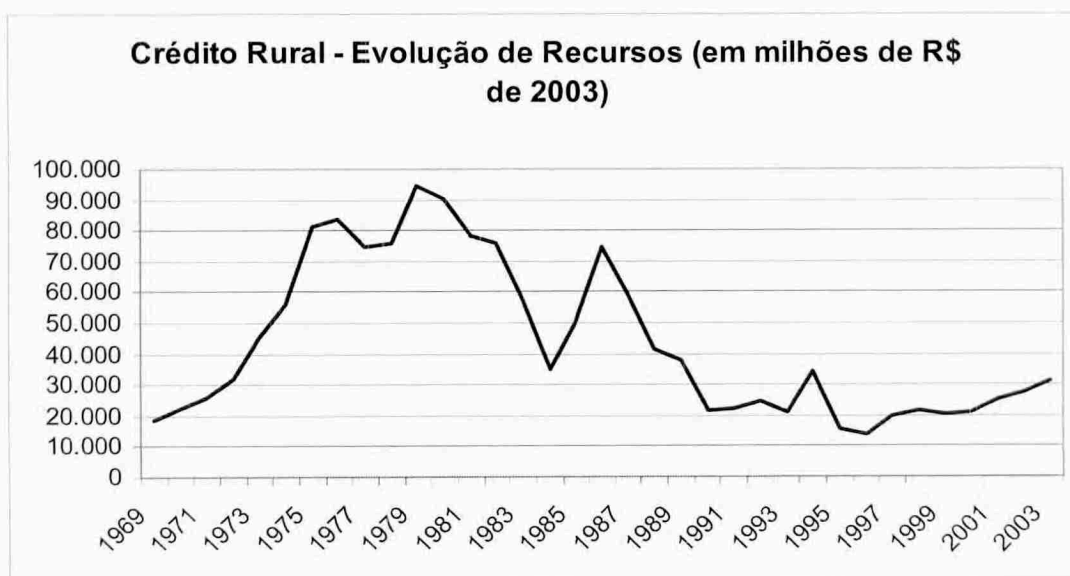
A partir de 1980, o perfil de concessão de crédito para a agricultura no Brasil é radicalmente alterado. Nesta nova fase, a contenção de recursos observada vem ao encontro das medidas econômicas que foram tomadas por sucessivos governos e que apresentavam como objetivo maior o controle da inflação e do endividamento público.

---

<sup>19</sup> Vale ressaltar as características clientelistas da concessão de crédito rural no Brasil, onde apenas alguns grupos foram contemplados. Tradicionalmente, o maior volume de recursos foi destinado a agricultores que possuíam as maiores extensões de terra, maior liquidez e demonstrassem menor risco ao investimento. (SAYAD, 1964). Fato que leva à exclusão de uma importante parcela de pequenos agricultores descapitalizados.

Como pode ser observado no gráfico 1 e na tabela 10, a concessão de recursos para o crédito rural foi de clara restrição no período que segue a crise da dívida externa dos países latino-americanos. De forma geral, o comportamento do crédito rural brasileiro e das principais políticas de promoção da agricultura deste período podem ser descritas da seguinte forma<sup>20</sup>:

**Gráfico 1 – Crédito Rural – Evolução de Recursos (milhões de reais – 2003)**



Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro – DEFIN.

Na safra de 1982/83, apesar das contínuas quedas na destinação de recursos para o crédito rural, os pequenos agricultores e as cooperativas tiveram participação expressiva no

<sup>20</sup> Descrição das principais políticas realizada com base no trabalho de Goularti (2001).

crédito de custeio e investimento, enquanto o crédito de comercialização foi concentrado nos grandes estabelecimentos.

Em 1984 o crédito rural apresenta importante queda em relação a 1983 (de 38,92%), fato que gerou problemas na remuneração dos produtores. No ano de 1985 houve um aumento de 42,63% na disponibilidade de crédito, esse crescimento foi uma tentativa de amenizar os problemas gerados nas safras anteriores. Em 1986, a política econômica implementou um novo aumento na destinação de recursos e estabeleceu alterações que deveriam tornar o sistema de concessão de crédito mais simples, exonerando os produtores de excessivas burocracias. Estes foram os dois únicos anos de elevação na destinação de recursos durante a década de 1980.

Em 1987, o governo implementa diversas mudanças nas regras da comercialização dos produtos agrícolas, que deixam claro que o Estado estava deixando de cumprir a função de grande comprador das colheitas brasileiras. No que se refere ao crédito rural, lança medidas que visam amenizar o ambiente de grandes incertezas instalado no setor.

Os anos de 1989 e 1990 apresentam sucessivos aumentos nas taxas de juros reais que o setor primário pagava pelo crédito, intensificando as dificuldades de acesso ao crédito. No entanto, contraditoriamente, nos anos de 1991 e 1992 a produção de produtos do setor primário segue crescendo, não obstante a compressão da renda observada no setor. Contudo, na safra de 1992/93 uma diminuição da produção agrícola repercute em uma elevação dos preços, que acarreta em tímida elevação da renda no setor primário.

Em 1994, o governo Itamar cria o Programa de Valorização da Pequena Propriedade Rural- Provap-. Este programa foi criado em resposta de crescentes reivindicações dos



agricultores familiares<sup>21</sup> no decorrer da década de 1980 e início da década de 1990. Este programa foi o embrião do PRONAF, por constituir-se na transição em direção a formulação de políticas públicas diferenciadas para categorias de produtores rurais. “Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como mini-produtores pelas normas do Manual do Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem de disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para a agricultura.”. (SHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2004, P.23)

Pode-se dizer que a partir da implantação do Plano Real o governo federal muda parte das estratégias de interação com a agricultura, em especial com a agricultura familiar. Como resultado de um estudo realizado pela parceria FAO/INCRA, o governo federal institui o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, cuja principal finalidade era a promoção da agricultura familiar como forma de desenvolvimento do universo rural.

“[O PRONAF se propõe a promover] o fortalecimento e a melhoria de vida dos agricultores mediante a criação de oportunidades de ocupações produtivas, possibilitando a reconversão, geração de renda de forma desconcentrada, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo-cidade, ampliação do acesso aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais” (SILVA, 1998 in SHMIDT, 2003, p.277) .

O PRONAF tinha como proposta central a democratização da concessão de créditos, buscando atingir essencialmente produtores rurais que explorassem pequenas parcelas de terra, utilizando o trabalho familiar<sup>22</sup>, residam em suas propriedades e que possuam renda familiar anual de até R\$ 27.500,00.

---

<sup>21</sup> Reivindicações que já haviam sido levadas em consideração na elaboração da constituição de 1988, e ganhariam destaque a partir de 1995 com o nome de ‘Grito da Terra Brasil’. (Schneider, Cazella, Mattei, 2004)

<sup>22</sup> No que se refere a mão de obra utilizada na produção, 75% deveria ser de origem familiar.

Em 1995 e 1996 o PRONAF apenas concedeu crédito na categoria de custeio. A partir de 1997 este programa é ampliado, com a implantação de ações relativas ao financiamento de investimentos dos produtores, infra-estrutura regional, melhoria de serviços municipais, capacitação de produtores rurais e pesquisas agropecuárias, foram incluídas no programa. Pode-se dizer que atualmente o PRONAF conta com 4 grandes linhas:

- Financiamento de produção.
- Financiamento de infra-estrutura.
- Capacitação Profissional dos agricultores familiares.
- Financiamento de pesquisa e extensão rural.

**Tabela 11. Número de Contratos e Volume de Recursos do PRONAF.**

Ano	N. de Contratos	Recursos (R\$ 1.000,00)	Valor Médio (R\$)
1995	32.000	93.000	2.906,65
1996	332.828	649.795	1.952,30
1997	496.550	1.637.440	3.297,60
1998	709.906	1.814.972	2.556,60
1999	927.609	2.152.084	2.320,03
2000	893.112	2.168.486	2.428,01
2001	932.712	2.188.795	2.346,69
2002	901.337	2.360.493	2.618,87
TOTAL	5.226.054	13.065.065	2.669,92

Fonte: SHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2004.

Como pode ser observado na tabela 11, o montante de recursos destinados ao PRONAF foi crescente no decorrer do período analisado. No que se refere ao número de contratos efetuados, pode-se perceber um importante crescimento até o ano de 1999, sendo que a partir desta data o número de contratos estagna. Vale dizer que a região Sul, durante os primeiros anos do PRONAF, foi a que recebeu maior destinação de contratos e recursos, respectivamente 78 e 65 % do total destinado ao país. Esta concentração pode ser explicada pelo peso econômico e pela pressão política das agroindústrias situadas em seu território. Esta afirmação se corrobora pelo alto grau de destinação de recursos em culturas típicas das cadeias

agroindustriais mais competitivas no mercado internacional ( fumo 32%, milho 14%, soja 8%) (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2004).

Como dito anteriormente, as primeiras linhas de financiamento do PRONAF, foram destinadas ao crédito para custeio da produção agrícola, Santa Catarina não foi exceção. Em um segundo período, foi implantado uma linha de financiamento do PRONAF-Infra-estrutura, que contemplou alguns municípios do estado de Santa Catarina, com a finalidade de capacitar e instalar unidades coletivas de processamento/transformação de produtos agropecuários. Com o aprofundamento do debate sobre a importância do processamento dos produtos agropecuários como forma de agregação de valor à produção da agricultura familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Ministério da Agricultura e do Abastecimento instituiu o PRONAF- Agroindústria. Dentro deste programa são elaborados dois projetos para implantação em Santa Catarina: o Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense e o Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, no sul do estado (MIOR, 2005).

O Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense foi instituído com o objetivo de dar continuidade e alavancar iniciativas que já estavam sendo implantadas na região Oeste, por meio do governo estadual e dos próprios produtores. Sua área de ação previa a participação de 23 municípios da região Oeste, através da implantação de 52 empreendimentos associativos, envolvendo um total de 481 famílias de agricultores. “O valor total a ser financiado é de 3.057.672,70, com geração de 620 postos de trabalho a um valor financiado de R\$ 4.931,73 por posto criado. Apostase num significativo aumento do movimento econômico dos municípios e uma arrecadação aproximada somente em ICMS, de R\$ 1.500.000,00 anuais (SHMIDT, 2003, p. 279).

O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, apesar de apresentar objetivos de desenvolvimento rural que se assemelham ao anterior, apresenta uma característica distintiva importante, potencializaria uma forma de desenvolvimento concentrada, atingindo somente sete municípios onde todos os agricultores estariam subordinados a uma única associação.

No entanto, a transferência das competências e atribuições do PRONAF, do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, implicou em atrasos na normatização e efetiva implantação do PRONAF – Agroindústria. Posteriormente, este

programa passa por uma clara descaracterização de suas propostas iniciais. Os recursos a fundo perdido, que seriam destinados a parte de infra-estrutura e apoio técnico, são excluídos do programa. Por fim, vale dizer que estas mudanças na constituição do PRONAF também atingiram os projetos destinados a Santa Catarina, implicando em um procedimento lento de implantação, que dificilmente atingirá todos os objetivos almejados (SHMIDT, 2003).

Outros programas de crédito à agricultura familiar também foram criados no estado, como é o caso do Sistema de Crédito Solidário – CRESOL. Este sistema tem como principal objetivo impulsionar a criação de cooperativas de crédito entre os agricultores. Esta iniciativa baseia-se na concepção de que pequenas unidades de financiamento cooperativo, permitiriam uma redução dos custos operacionais e possibilitariam o acesso ao crédito para unidades produtivas menos capitalizadas.

**Tabela 12 - Sistema Cresol: Percentual de Associados por Grupo de Renda Monetária anual.**

Renda Monetária Anual	Associados (%)
Até R\$ 2.000,00	47,5
De R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00	18,5
De R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00	7,4
De R\$ 6.001,00 a R\$ 8.000,00	10,7
De R\$ 8.001,00 a R\$ 10.000,00	2,5
De R\$ 10.001,00 a R\$ 12.000,00	5,5
Mais de R\$ 12.001,00	5,1

Fonte: Sistema CRESOL, 1999 in PIAZZA, 2002.

A tabela 12 nos permite visualizar os grupos de renda contemplados pelo crédito no sistema Cresol. Segundo tais números, este sistema parece estar funcionando de forma eficiente no que tange a distribuição de crédito para as camadas sociais de menor renda. No entanto, o sistema de cooperativas ainda não consegue atender de forma eficiente todo o universo rural do Oeste catarinense. Por esta razão, sua ampliação e fortalecimento, via parcerias com outras instituições financeiras, pode ser compreendida como uma alternativa de desenvolvimento.

“Contudo, as cooperativas que trabalham com margens de comercialização muito estreitas, acabam arcando com os riscos de inadimplência, não dispendo de mecanismos de seguro para

tais operações [...] Além disso, as cooperativas não alcançam todo o universo dos pequenos agricultores. Assim, é essencial que tanto os agricultores quanto o setor público, em todos os seus níveis, atuem no sentido da organização dos agricultores. Esta organização, além de ser voltada ao processo produtivo (sistemas de produção e tecnologia adotada), à agregação de valor aos produtos produzidos e à comercialização (cooperativas tradicionais), deve visar o acesso ao crédito. Nesse particular, as cooperativas de crédito, trabalhando juntamente com as de produção e de comercialização, amparadas por mecanismos de seguro parecem ser uma boa forma de equacionar o acesso ao crédito”.(TESTA et all, 1996, p.167) .

### ***5.3 Redução da Rentabilidade de Alguns Produtos Tradicionais da Região***

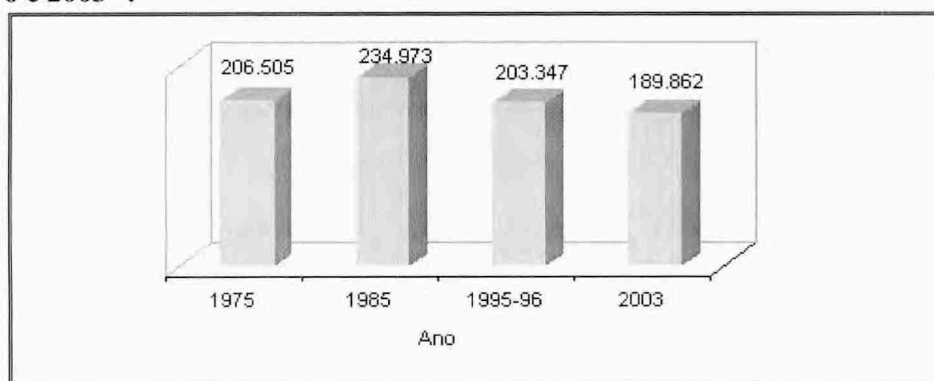
A redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais da Região pode ser descrita como um dos elementos de causalidade mais direta no que tange ao abandono da atividade agrícola como forma de reprodução social.

Dentro da racionalidade econômica, temos como princípio básico o fato de que as atividades que deixam de dar lucro devem ser abandonadas. Na agricultura familiar esta decisão envolve outros fatores, pois o abandono da atividade agrícola acarreta em mudanças drásticas na forma de reprodução social. Por este motivo, a racionalidade econômica é contemporizada com racionalizações sociológicas, que envolvem questões relacionadas à identidade e a tradição. De qualquer forma, a questão da rentabilidade da atividade agrícola pode ser encarada como um dos elementos determinantes na decisão de permanecer no campo. Esta idéia é corroborada, em grande medida, pelo trabalho de Abramovay (2001), no que diz

respeito ao intuito dos filhos de agricultores de permanecerem no campo, segundo os distintos segmentos de renda.

O gráfico 2 demonstra a evolução do número de estabelecimentos em Santa Catarina.

**Gráfico 2 - Número de estabelecimentos agropecuários em SC em 1975, 1985, 1995-96 e 2003<sup>23</sup>.**



Fonte: HEIDEN, F. et all (2006). Indicadores da evolução do setor agrícola catarinense - dados preliminares.

Como pode ser observado no gráfico 2, o número de estabelecimentos agrícolas do estado de Santa Catarina vêm apresentando diminuição progressiva desde o Censo agropecuário de 1985. Segundo análise de Heiden et all (2005), o número de estabelecimentos agrícolas catarinenses diminui em decorrência da absorção dos pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha.) por estabelecimentos maiores. Fato corroborado pelo aumento do percentual de estabelecimentos de 10 a 50 ha., em relação à diminuição dos estabelecimentos do primeiro tipo.

---

<sup>23</sup> É importante tecer um comentário acerca das dificuldades em comparar dados referentes ao Censo Agropecuário realizado pelo IBGE e o LAC, realizada pelo governo de Santa Catarina. Estas dificuldades estão centradas na importante diferença metodológica utilizada na elaboração dos dois Censos.

Em relação à depreciação contínua dos preços agrícolas, os principais fatores que influenciam a continuidade deste processo foram ressaltados por Testa et all (1996) como:

- a) A atividade está próxima da concorrência perfeita, mas enfrenta oligopsônios na compra de insumos e oligopólios na venda de seus produtos, constituindo assim um setor dominado e tomador de preços.
- b) É o setor mais atingido pelas políticas de combate a inflação, que tendem a comprimir os preços agrícolas.
- c) Tem um giro muito lento de seu capital, o que decorre da própria natureza da produção agrícola.

No que se refere aos produtores ligados às cadeias produtivas agropecuárias (de suínos e frangos), a tabela 13 pode contribuir para reflexões sobre a situação atual no setor.

**Tabela 13 - Índices de preços\* de frango e suíno vivos e do milho praticados em Chapecó – SC (1990–2000)**

Anos	Frango	Suíno	Milho	Frango/Milho	Suíno/Milho	Frango/Suíno
1990	100	100	100	1	1	1
1991	92	74	98	0,94	0,79	1,24
1992	74	62	84	0,88	0,7	1,19
1993	82	68	85	0,96	0,8	1,21
1994	82	55	73	1,12	0,75	1,49
1995	70	50	57	1,23	0,88	1,4
1996	61	46	78	0,78	0,59	1,33
1997	59	53	57	1,04	0,93	1,11
1998	54	49	63	0,86	0,78	1,1
1999	53	47	65	0,82	0,72	1,13
2000	49	44	72	0,68	0,61	1,11

Fonte: MIOR (2005, p.124). \* Preços do mês de julho de 2000, deflacionados pelo IGP-DI.

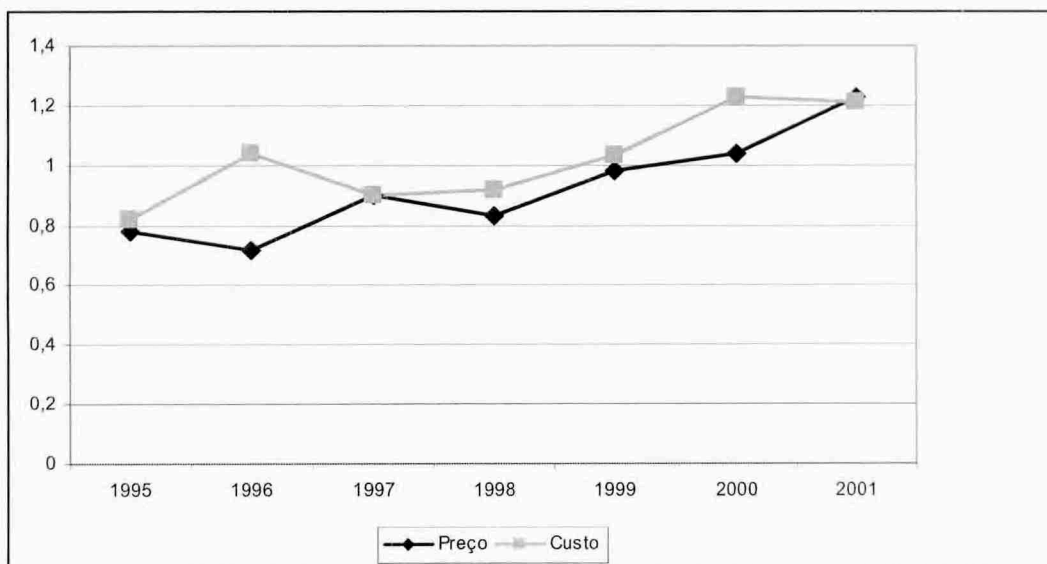
Os dados da tabela 13 indicam uma depreciação importante nos preços pagos pelos três produtos agrícolas anteriores. O milho representa uma das culturas agrícolas de maior importância no estado. Pode-se dizer que a progressiva queda nos preços pagos aos produtores, em alguma medida foi compensada por aumentos na produtividade do cultivo, que no período de 1990 a 1996 foi de aproximadamente 15%. A importância desta cultura também está situada no fato do milho se constituir como uma das principais fontes de alimentos para os criatórios de suínos e aves. Dessa forma, as variações em seu preço são diretamente refletidas nos custos de produção dos aviários e pocilgas, e como pode ser observado na tabela acima, o milho se valorizou em relação a estes dois produtos.

Por outro lado, o caso do frango apresenta um quadro em que é possível afirmar que a queda observada nos preços reais pagos ao produtor não foi acompanhada de um aumento de mesmo patamar na produtividade dos aviários:

“a criação de aves não foi substancialmente alterada, demonstrando que o pacote tecnológico empregado encontra-se bastante maduro e difundido. Assim, os indicadores produção por avicultor, mortalidade, peso e idade não se alteraram na década de 1990. Entretanto, sabe-se que existe uma estratégia das empresas de aumentar o tamanho dos aviários de 50 m<sup>2</sup> para tamanhos maiores (75, 100 e 125 m<sup>2</sup>)” (CAMPOS et al, 2002, p.141) .

No caso da produção de suínos, o quadro parece de maior instabilidade. O gráfico 3 apresenta a relação entre os custos e os preços pagos para a produção nesta atividade. Pode-se observar que a rentabilidade na produção de suínos esteve bastante comprometida no decorrer da década de 1990. Estes dados corroboram os números apresentados pela tabela 13, no que se refere a uma contínua depreciação do preço dos suínos frente aos preços do milho (um dos principais determinantes do custo de produção da atividade). Os preços pagos ao produtor de suínos cobriram os custos de produção em apenas dois anos da série temporal apresentada. Este fato corrobora a análise de que apenas os produtores capitalizados estão aptos a permanecer na atividade, dado que são os únicos com capacidade para financiar os custos nos anos em que a produção de suínos apresenta prejuízos.



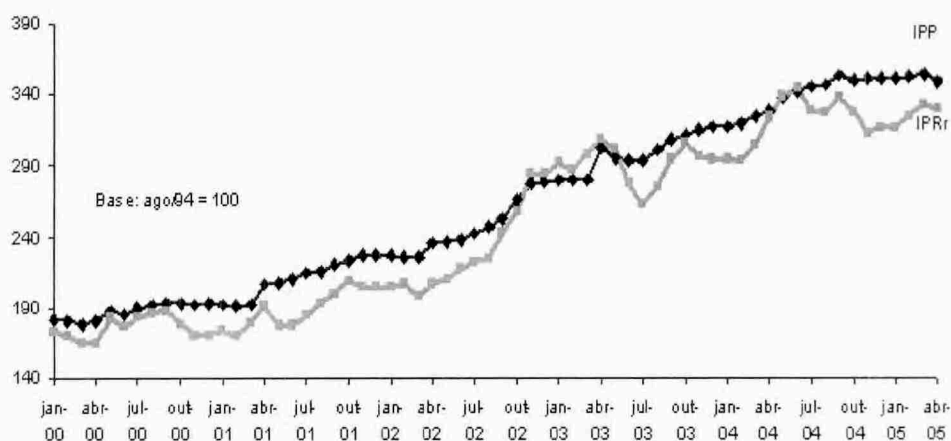
**Gráfico 3 - Custos e Preços na Produção Suína – Santa Catarina – 1995/2001- Reais (R\$)**

Fonte: Embrapa Suínos e Aves, 2002, in Griebeler (2002, p.43).

O Instituto CEPA/SC, em suas estatísticas sobre o cenário atual da agricultura catarinense, apresenta dados interessantes sobre os preços pagos e os preços recebidos pelos agricultores catarinenses, para a média dos produtos comercializados (gráfico 4). Estes números parecem ir de encontro ao quadro desenhado anteriormente para os produtores de suínos.

Corroborando a tese de depreciação dos preços pagos aos produtores, frente os custos de produção dos mesmos, o gráfico 4 parece explicar em grande medida, a situação atual da agricultura no Oeste de Santa Catarina. Ou seja, redução expressiva da rentabilidade de seus principais produtos.

**Gráfico 4 - Índice de Preços Pagos (IPP) e Índice de Preços Recebidos (Reduzido) (IPRr) pelos Agricultores Catarinenses - Base: Ago/94=100**



Fonte: Epagri/ICEPA – Centro de Estudos de Safras e Mercados.

#### ***5.4 Atividades produtivas que podem exercer efeitos de atração sobre os trabalhadores rurais.***

A decisão de migrar para as cidades está pautada em um jogo de força entre fatores de expulsão no ambiente de origem, como também nos fatores de atração nos locais de destino. Por esta razão, nesta seção abordaremos alguns dos elementos explicativos dos fatores de atração existentes em algumas cidades do Oeste catarinense, motivos que levam os mesmos a ter um dinamismo demográfico positivo, com absorção de parte do êxodo provindo das áreas de evasão.

O crescimento do setor secundário na região Oeste de Santa Catarina pode ser apontado como um dos elementos de maior atração sobre as áreas de exclusão. Esta afirmativa está assentada no fato de que este é o segundo setor em termos de mão de obra empregada na região. De todas as formas, mesmo no setor secundário, a indústria alimentícia, ligada aos conglomerados agroindustriais, capitaliza o maior número de empregos e dinamiza as atividades.

Recentemente o surgimento de novas atividades industriais tem induzido uma relativa diversificação do setor secundário. Destacam-se a indústria metal mecânica e a indústria de móveis. A indústria metal mecânica vem ganhando importância regional principalmente em decorrência de sua estreita ligação com as atividades voltadas a atender o complexo agroindustrial do Oeste catarinense, o PIB regional desta atividade já alcançou cerca de 500 milhões anuais, gerando perto de 15 mil empregos, em um parque industrial de cerca de 1000 empresas (MIOR, 2005, p.145).

No setor terciário pode ser destacado o desenvolvimento das instituições de ensino superior. Pode-se dizer, que até o início dos anos de 1990 existiam algumas instituições de ensino superior isoladas, que ofereciam cursos que pouco se identificavam com a estrutura econômica regional, oferecendo classes essencialmente noturnas, ou seja, que pouco contribuíam para uma vida universitária que superasse as salas de aula. Somente a partir de 1990, a região ganha uma universidade Regional (UNOESC) e passa a apresentar maior suporte à suas principais atividades econômicas. É importante ressaltar que o desenvolvimento do ensino superior representa um efeito atrativo não apenas como forma de geração de emprego e renda, mas pode ser interpretado, primordialmente, pelas oportunidades de capacitação que estão envolvidas com a implantação de uma universidade.

Outros segmentos também vêm se constituindo como possíveis alternativas de 'empregabilidade' dentro setor terciário, como é o caso da expansão do comércio regional, ou mesmo no setor de assistência técnica em várias áreas. Também vale ressaltar o intenso debate acerca da construção de atividades terciárias dentro do mundo rural. O surgimento de tais atividades foi batizado como o 'novo rural' brasileiro, muitos autores tem apontado o surgimento de tais atividades como uma das soluções para reativação do dinamismo econômico dos empreendimentos agrícolas em exclusão.

## **Capítulo 6 - Considerações Finais: construindo uma agenda de pesquisa para o desenvolvimento do Oeste catarinense .**

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de abordar a questão da evasão populacional do Oeste catarinense a partir de diferentes dimensões. Para tanto, foi preciso buscar o marco teórico que melhor se adequasse a esta tarefa. Neste ponto, o trabalho de Paul Singer foi de imensa ajuda. No entanto, ao longo do trabalho transpareceram algumas lacunas, que poderiam ser mais densamente exploradas, para uma melhor compreensão dos movimentos migratórios e auxiliar na aproximação entre a economia e a demografia.

A principal delas se refere às particularidades envolvidas em qualquer fluxo populacional. Quando nos referimos à mobilidade espacial de pessoas, transparece a inaptidão dos instrumentais econômicos para compreender a real natureza dos fluxos. Buscando contornar esta problemática, este trabalho dedicou um capítulo à compreensão da trajetória histórica do lugar em foco, bem como de algumas características sociológicas que estão presentes neste grupo social. Apesar de tal capítulo apresentar contribuição relevante para a apreensão do objetivo geral deste trabalho, ainda transparece o fato de que esta região se constitui em um universo de múltiplas características, cujas peculiaridades só poderiam ser captadas em profundidade, através de um trabalho de caráter antropológico.

Outro elemento que dificultou a percepção das particularidades presentes na região foi a escassez de dados estatísticos desagregados, que contemplassem a divisão espacial que realizamos no presente trabalho.

Contudo, pode-se afirmar que os principais determinantes estruturais que condicionam o atual dinamismo demográfico catarinense ficaram claros. Dentro deles, fica evidente o amplo espaço de debate existente no sistema de relacionamento entre as agroindústrias e os produtores agrícolas, bem como entre as agroindústrias e o sentido de localidade/territorialidade em que estão inseridas.

No que se refere à relação das agroindústrias catarinenses e seu sentido de territorialidade, a posição de empresas consolidadas no mercado nacional e em expansão no mercado internacional, bem como a abertura e transferência de diversas plantas para outros estados brasileiros, conjuga em direção a um processo de desterritorialização das atividades

produtivas, principalmente em direção a regiões com menor custo de insumos. Se este movimento for confirmado, a região Oeste de Santa Catarina estará diante de uma crise em sua base econômica regional, fato que acarretará em sérias dificuldades econômicas para praticamente todos os municípios. No entanto, os recentes planos de investimento das agroindústrias catarinenses não apontam uma transferência de atividades produtivas, mas sim uma expansão em direção a novas territorialidades, mantendo parte de sua base produtiva no Oeste catarinense<sup>24</sup> (MIOR, 2005). De qualquer forma, transparece de forma latente a necessidade de essa região fortalecer alternativas de viabilização econômica que diminuam a dependência regional em relação às agroindústrias.

O crescimento das escalas produtivas dos estabelecimentos que se relacionam às agroindústrias catarinenses transpareceu como um importante ponto no sentido da exclusão de inúmeros produtores rurais. Neste sentido, vale ressaltar que a alta densidade populacional já se constituía como um dos elementos apontados por Testa et al (1996), que explicavam a crise produtiva no Oeste catarinense. Este diagnóstico parece corroborar-se pela alta correlação existente entre as áreas menos urbanizadas e o volume dos fluxos de evasão apresentados.

Sendo assim, a problematização dos fluxos migratórios se constitui em tarefa primordial na conclusão deste trabalho, pois dentro do atual panorama sócio-econômico da região Oeste, a evasão populacional transparece como um processo em continuidade. De certa forma, a evasão populacional, em muitos casos, se constitui como alternativa à miséria no campo. Como apontado anteriormente, em 1996, cerca de 28 % dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste se encontravam na faixa de exclusão, com sérias dificuldades para a viabilização econômica. No entanto, grande parte dos migrantes deixam o campo para

---

<sup>24</sup> Como é o caso da perdigão, que apesar da abertura de um importante complexo agroindustrial em Rio Verde (GO), permanece com suas atividades no Oeste, bem como com suas plantas industriais em Videira.

engordar os cinturões de miséria das cidades. Neste sentido, quais as políticas públicas mais corretas a serem implementadas?

Está claro que as políticas devem estar direcionadas à viabilização da atividade no campo, porém deve ser realizado um direcionamento à quais estabelecimentos agropecuários: os que são mais economicamente viáveis, ou aqueles em franca exclusão, que são a origem principal dos fluxos? Também devem ser implementadas políticas de capacitação profissional para os jovens, visando maiores chances de inserção no mercado de trabalho das cidades. Porém, tais políticas não são formas de incentivar a evasão? Qual a alternativa de renda dos migrantes quando chegam às cidades? A miséria na cidade é pior que a miséria no campo?

Estas são algumas das questões que devem ser tratadas quando o assunto das migrações no Oeste catarinense é abordado. O intuito maior deste trabalho foi contribuir para a compreensão do processo, apontando direções na resolução das questões acima. De qualquer forma, o presente trabalho permitiu a delimitação da região Oeste como uma área de origem de fluxos populacionais. No entanto, para responder as questões colocadas acima, seria necessário estudar as regiões que estão se configurando como áreas de destino dos fluxos migratórios. O mapa do dinamismo demográfico catarinense, anexado ao fim deste trabalho, pode servir de importante contribuição para a realização de tais estudos.

A partir destes futuros trabalhos poderiam ser diagnosticadas as principais consequências desse grande aporte populacional. Como, por exemplo, na região metropolitana de Florianópolis, onde o recente crescimento demográfico por um lado tem sido acompanhado do crescimento do cinturão de miséria da cidade, e por outro, não são realizadas as devidas obras de infra-estrutura, saneamento, tratamento de esgoto, etc.

## Referências Bibliográficas .

ABRAMOVAY, R. et all. Juventude e Agricultura Familiar: desafios e propostas. ---, 1998.

ABRAMOVAY, R.(org); SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.<sup>a</sup>; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001

ANDRADE, T.A.; SANTOS, A.M.S.; SERRA, R.V. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, 2000.

BCB. Banco Central do Brasil. Departamento de Gestão do Sistema Financeiro. DEFIN. Acessado em 29/01/2006.

BERQUO, S. A Evolução Demográfica Brasileira Durante o século XX. Texto para discussão, NEPO. UNICAMP. Campinas, 2005.

CAMPOS et all. Reestruturação Industrial e Aglomerações Setoriais Locais em Santa Catarina. In VIEIRA, P. F. (org.). A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

CUNHA, I.J. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992

GOULART, G.G. A Influência do Crédito Rural na Agricultura de Santa Catarina no Período de 1980 a 1999. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2001.

GOULARTI Filho, A. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRIEBELER, J. A Exclusão Agropecuária no Oeste Catarinense: o caso da suinocultura no período de 1994/2001. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2002.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, Desemprego e Desenvolvimento: análise em dois setores. In MOURA, H. A. (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

HEIDEN, F. et all (2006). Indicadores da evolução do setor agrícola catarinense - dados preliminares

ICEPA. O Milho. 1996.

ICEPA. Síntese Agropecuária 2004/2005.

ICEPA. [www.icepa.com.br](http://www.icepa.com.br). Indicadores econômicos, acessado em 01/02/2006.

IV Encontro Nacional de Migração. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Novembro de 2005.

LEE, E. S. Uma Teoria sobre a Migração. In: MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

MATTEI, L. F.; LINS, H. N. A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

MIOR, L.C. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. Chapecó: Argos, 2005.

MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. A Realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

MUÑOZ, F.P.; ALVES, P. ASSUMPÇÃO. Análise do Dinamismo Demográfico Recente de Santa Catarina. PNUD. Relatório de Pesquisa, 2005

PIAZZA, L. C. PRONAF, Agricultura Familiar e Sustentabilidade Econômica em Santa Catarina: uma análise das condições e limites do financiamento agrícola. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2002.

PRADO JR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

RODOLFO, Fabiano. Agricultura familiar e migrações na microrregião do tabuleiro (1980-2000). Florianópolis, 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.



SARTORIS, A.; SOUZA, J. M. Interações entre Economia e Demografia: As previsões da Teoria e o Caso Brasileiro. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu, 2004.

SHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In PAULILO, M.I.S.; SHMIDT, W. (org.). Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SHNEIDER, F.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L.F. História, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF. In SHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. Organizadores. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. Organizadores. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVESTRO, M. L. Transformações da Agricultura Familiar e Estratégias de Produção: o caso do Oeste catarinense. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2005, 349 p.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização, 14ª. Edição. São Paulo, Contexto, 1998, 155pg.

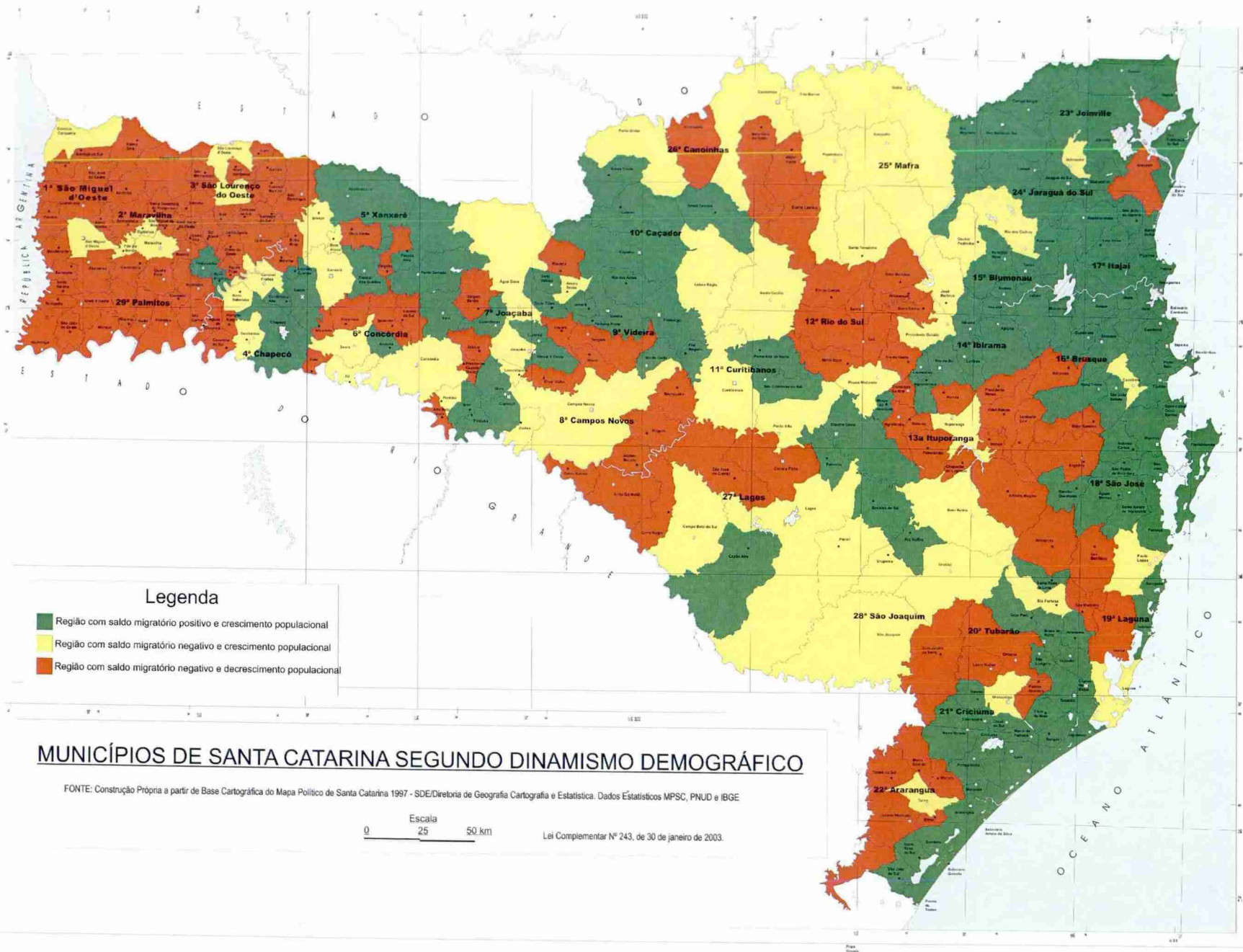
SJAASTAD, L. A. Os Custos e Retornos da Migração. MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

STROPOSALAS, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002

TESTA, V. M. et all. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão). Florianópolis, EPAGRI, 1996.

TODARO, M. P. A Migração de Mão-de-obra e o Desemprego Urbano em países subdesenvolvidos. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

## ANEXOS



**Legenda**

- Região com saldo migratório positivo e crescimento populacional
- Região com saldo migratório negativo e crescimento populacional
- Região com saldo migratório negativo e decréscimo populacional

**MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA SEGUNDO DINAMISMO DEMOGRÁFICO**

FONTE: Construção Própria a partir de Base Cartográfica do Mapa Político de Santa Catarina 1997 - SDE/Diretoria de Geografia Cartografia e Estatística. Dados Estatísticos MPSC, PNUD e IBGE

Escala  
0 25 50 km

Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003.